

MÓDULO A-2009

Dicas para Certificação.....	2
Um olhar civil sobre a Visibilidade e a Invisibilidade do ECA, na Realidade Social Brasileira.....	3
<i>Prof^a Dra. Maria Stela Santos Graciani</i>	
EDUCOMUNICAÇÃO - Mídia para Crianças e Adolescentes: mídia de todos e mídia para todos.....	11
<i>Edney Mota Almeida</i>	
A contribuição da Pesquisa-ação como Metodologia de trabalho social na construção de Políticas Públicas.....	19
<i>Graziela Santos Graciani</i>	
O Universo da Arte no Cotidiano: construção e conquista de políticas públicas.....	24
<i>Carla Casado</i>	
Crise Econômica Global, Juventude e Mundo do Trabalho.....	41
Marcos Eduardo Ferreira Marinho	
O exercício da democracia participativa como elemento essencial para a universalidade do acesso e da qualidade das políticas públicas.....	49
<i>Márcia Guerra</i>	
Diversidade cultural e sexual: pensando micropolíticas públicas cotidianas.....	56
<i>Marcio Leopoldo Gomes Bandeira</i>	
Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e suas Perspectivas para o Programa Integração AABB Comunidade.....	65
Juliana Santos Graciani	

Coordenadores(as) e Educadores(as)
do Programa Integração AABB Comunidade

Ressaltamos que neste ano de 2009, a Formação Continuada a Distância será composta por **três módulos**.

As respostas do Módulo A-2009 deverão ser enviadas ao NTC-PUC-SP até Junho/2009

O certificado só será emitido comprovando-se a participação nos três módulos

Dicas para evitar problemas com a certificação:

1. enviar a lista de participação que estiver no final de cada módulo, devidamente preenchida de **forma legível**, com **endereço completo** e assinada por cada participante (não pode ser assinada pelo coordenador ou outra pessoa).

Obs.: a **Coordenação** que participar das discussões, deverá também assinar a lista, senão não será considerada participante.

2. não serão aceitas devolutivas por fax.

3. cada módulo deverá estar acompanhado de sua respectiva lista de presença (**não pode** ser uma lista única que corresponda a todos os módulos).

4. as respostas do grupo devem ser encaminhadas para o NTC da PUC/SP, por correio ou e-mail – mesmo encaminhando por e-mail necessitamos **OBRIGATORIAMENTE** de cópia por correio, **acompanhada da respectiva lista de participação**;

5. os certificados serão enviados para a residência de cada participante, após a conclusão dos módulos e ressaltamos que só receberá o certificado o educador(a) que participar de **100%** das discussões.

A inclusão de nomes de pessoas na lista de participação para fins de certificação que não tenham participado efetivamente dos grupos de estudos, implicará na invalidação do trabalho de todo o grupo e nenhum participante do município em questão receberá o certificado.

Finalmente, cabe ressaltar a importância do **plantão telefônico**, disponível à participação de todos os educadores e coordenadores pedagógicos para:

1. esclarecimentos de dúvidas acerca do funcionamento do Programa como um todo e da Formação Continuada a Distância;

2. partilha de dificuldades surgidas na prática político-pedagógica diária;

Plantão telefônico: Segunda a Sexta-feira - das 9h às 18h

Fone: (0xx11) 3862-5891

Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP

R. Ministro de Godoi, 1181 – Perdizes – São Paulo - SP

CEP: 05015-001 - E.mail: **ntc@pucsp.br**

"Um olhar civil sobre a Visibilidade e a Invisibilidade do ECA,
na Realidade Social Brasileira"

Prof^a Dra. Maria Stela Santos Graciani¹

O presente artigo visa retratar a visibilidade e a invisibilidade da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu aniversário de 18 anos, destacando seus avanços e recuos, com o objetivo de desvelar o inédito "possível", como afirmava o educador pernambucano Paulo Freire.

Para tanto, há necessidade de que este olhar civil se utilize de quatro ferramentas capazes de buscar as verdadeiras raízes e razões de seus bloqueios e de suas inusitadas experiências exitosas, que se caracterizam por visões profundas: Visão da totalidade, a qual abarca as dimensões sociopolíticas, econômicas e culturais imbricadas num só eixo como epicentro; por outro lado, há que se visualizar o Ser Humano como um todo holístico integrado pelo bio, psico, social e cultural, em sua condição de existência humana integral; há que se analisar e interpretá-lo a partir de uma visão interdisciplinar que interage intrinsecamente com a produção científica disponível, mergulhada nas diferentes contribuições dos saberes, de maneira interligada e complementativa e, finalmente, carecemos de utilizar uma visão heurística, como perenes investigadores da natureza humana, da territorialidade, das condições históricas produzidas na realidade social, aprofundando-a em suas causas e consequências, tanto na estrutura social quanto na conjuntura política que a circunscreve em seus meandros sistêmicos, contextualizados no tempo e no espaço social. Seria ingenuidade de nossa parte pensar ou imaginar que somos capazes de entender a realidade social concreta como se fosse transparente ou cristalina. Porém, temos a clareza de que precisamos construir argumentos, explícitos ou implícitos, no bojo de Teoria da Ação Social crítica para esclarecer, mesmo que com mecanismos opacos e pré-reflexivos, uma forma singular dos meandros da prática social e institucional, quando interpretamos uma complexa política como a acarretada por um estatuto da infância e adolescência, com suas inúmeras dimensões dos direitos humanos, enfrentando a existência abissal das desigualdades sociais visíveis e invisíveis, a olho nu, na fragmentação das Políticas Sociais.

Sabemos que, no processo histórico do Brasil, convivemos com uma "desigualdade naturalizada", do período colonial ao processo de modernização contemporânea. Aceitamos, há séculos, que a população viva sob o jugo da sub/cidadania, circunscrita à pobreza cotidiana, merecendo do Estado apenas benesses ou benevolências passageiras e tópicas, na lógica das políticas assistenciais, esquecendo-se que as pré-condições são produzidas e reproduzidas pela miséria econômica.

Por estas razões complexas é que não poderemos apenas descrever a realidade imediata acerca da dominação social e da desigualdade brasileira, mas

Dado o ECA estar completando 18 anos, estamos apontando as principais políticas públicas em curso e ainda criticando as diferentes mazelas que existem para ser implementadas para a qualidade de vida da criança e do adolescente do Brasil.

ECA
18
Anos

desigualdades
sociais

direitos da
criança e dos
adolescentes

¹Professora Titular de Sociologia da PUC/SP, Coordenadora do Curso de Pedagogia e Coordenadora do NTC da PUC/SP, membro do CONANDA

construir conceitualmente uma explicação, ampliando e acrescentando conhecimento das causas de sua lógica interna e opaca, tentando marcar novas consciências, cotidianamente, como militantes da defesa e proteção dos direitos da criança e dos adolescentes, sem nenhuma pretensão de esgotar tais percepções sobre a realidade do ECA, em seus 18 anos.

Partimos do pressuposto de que as normas, regras e artigos do ECA constituem-se, antes de tudo, em uma prática social a ser aprendida e apreendida pragmaticamente, e que não necessariamente encontra-se dentro da cabeça de pessoas: professores, juristas, conselheiros, políticos, ou familiares dentre outros, inclusive as próprias crianças, adolescentes e jovens.

A luta por reconhecimento do ECA, nestes 18 anos, sem dúvida desenvolveu, em certos segmentos, uma visão, imprimindo uma inovação e novo enfoque de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil, à luz da Doutrina da Proteção Integral, ideologizados por seus defensores, que utilizam o pensamento de Hegel, para sua consolidação: amor, direito e solidariedade, um contraponto ao desprezo, desrespeito e injustiça impregnados nas atitudes e posturas, não só dos agentes do estado, mas da sociedade e da família.

Houve, portanto, uma mudança de paradigma neste campo, com repercussões substantivas, novas perspectivas de futuro para a infância e adolescência, com projetos políticos, operacionalizados por planos nacionais que tentam desvelar preciosas demandas, em várias frentes de direitos violados, tais como: trabalho infantil, exploração sexual, violência doméstica, maneiras punitivas e violação a outros delitos, ou a falta de saudável convivência familiar e comunitária.

Para implantar o nosso paradigma, teríamos que vivenciar uma verdadeira revolução cultural das nossas consciências subjetivas, pessoais, sociais e institucionais, no âmbito da ética e dos marcos legais intrínsecos da nova era, em relação às mascaradas legislações, conservadoras e tradicionalistas, que puniam a pobreza. Esta expansão se daria pela implantação, implementação e consolidação dos artefatos previstos nos operacionalizados artigos do ECA, no seu arcabouço técnico, jurídico e material, concretizado pelo estado democrático de direito, advindo da Constituição Brasileira de 1988, que contradiz o Estado centralizado no monopólio de classe e do mercado, no poder disciplinador da desigualdade social.

A revolução que o ECA está desencadeando realiza-se na prática social, no espaço do senso comum e na vida cotidiana, caracterizando-se, pois, como uma configuração identitária, numa nova concepção de moral que tende a nos dominar hoje, enquanto partícipes da família, da escola, da igreja, das ações governamentais e não governamentais, em quaisquer instituições societárias, redefinindo as esferas práticas da realidade social em que vivemos.

Em linguagem política, essa nova visão de mundo, propiciada por inúmeras formas legais contemporâneas e mais recentes, foi consagrada sob a nova forma de direitos, cidadania e dignidade, e referendada universalmente. Dignidade no sentido de igualdade, nos direitos individuais e coletivos. Como afirma Charles Taylor:

"... A dignidade pressupõe um reconhecimento universal dos iguais".²

Acredito que estamos vivenciando um processo histórico de aprendizado coletivo, advindo de conquistas sociais e políticas efetuadas pela própria sociedade civil, a qual certamente não equalizou todas as classes em todas as esferas da vida mas, sem dúvida, generalizou e expandiu dimensões fundamentais da igualdade nas áreas civis, políticas e sociais, com profundas consequências para a sociedade brasileira, nas últimas décadas.

²TAYLOR, Charles. *Sources of the Self: the making of the modern identity*. Cambridge:Harvard Press, 1989.

Como denomina Jessé Souza:

"Para que haja eficácia legal da regra de igualdade, é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada".³

Como se pode perceber, estamos trabalhando ideias e ideais a partir de contextos favoráveis e desfavoráveis a quaisquer possibilidades de implantação, ascensão ou adaptação em relação às condições da nova ordem imposta pela assinatura do ECA, há 18 anos, no Brasil. Na esteira da análise, pretende-se ir além da resignificação do novo momento histórico, a partir de seu próprio arcabouço empírico arrolado, a partir das experiências vividas enquanto conselheiros, pesquisas realizadas por entidade governamentais, das sociedades civis nacionais e internacionais, que acompanham o desenrolar da concretude de implementação das Políticas Públicas nascidas no bojo da essência do ECA e refletidas, cotidianamente, pelos fóruns regionais dos direitos da criança e do adolescente do imenso território nacional.

Assim sendo, é preciso ter, antes de tudo, consciência da responsabilidade política, que toda explicação de uma dada realidade social possui, em sua incompletude. É necessário compreender que o movimento dialético, não eternizador das realidades dos fatos e fenômenos sociais, está em perene metamorfose, e cremos em mudanças cada vez mais profundas e urgentes entre os que se propõem a perceber a relevância do ECA como um quadro de referência.

Nosso olhar civil incide, primeiramente, sob os marcos regulatórios, nesta imensidão de exigências propostas pelas Nações Unidas, que há 60 anos promulgou, em 1948, a "Declaração dos Direitos Humanos"; em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança; no Brasil, em 1988, a Constituição Brasileira e, finalmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Todos proclamam que a infância tem direito a cuidados e assistência social especiais, no seu crescimento e bem-estar, recebendo proteção para crescer, se desenvolver e amadurecer num ambiente de compreensão, felicidade e amor, para preparar-se para enfrentar os desafios apresentados pela vida.

Está claro o objetivo do marco legal. No entanto, a desigualdade social se impõe com tanta proeminência, que a fragilidade no trato com a criança e adolescente desfaz aquilo a que se propõe: espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade. Não estamos conseguindo assegurar em plenitude, sem distinção alguma de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política e de outra índole, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiência física, nascimento ou qualquer outra condição, todos os direitos a eles reservados.

Apesar do grande esforço feito durante esses 18 anos, nem os órgãos governamentais, nem os não governamentais, assimilaram todas estas exigências, seja pela falta de preparo, omissão ou descrédito, ou falta de comprometimento. Temos observado que comportamentos extraviados das normas legais estão ocorrendo sistematicamente, envolvendo os direitos e os deveres dos pais, tutores,

ECA e
Políticas
Públicas

marcos
regulatórios

tolerância,
liberdade,
igualdade e
solidariedade

abusos

³SOUZA, Jessé (org). A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 37.

outras pessoas responsáveis. Mesmo as instituições, serviços e estabelecimentos encarregados do cuidado ou da proteção das crianças não cumprem os padrões necessários e estabelecidos pelas autoridades competentes, principalmente no que diz respeito a educação, segurança, saúde, entretenimento, dentre outros. Hoje, ainda, temos crianças que não possuem certidão de nascimento, apesar do esforço em criar, nos hospitais, setores responsáveis por esta incumbência.

Infelizmente, temos dados e informações, pelo disque 100 de denúncia, de inúmeras crianças vítimas de violências domésticas, como maus tratos, abuso sexual, pedofilia, inclusive por parte de seus pais, padrastos, parentes ou amigos. Muitas destas vítimas estão sendo separadas de seus pais biológicos e atendidas em abrigos, onde um tratamento psicológico acompanha seus traumas pela situação sofrida. Como se pode perceber, em diferentes situações, encontram-se fragilizadas no seio da família, seja pela luta pela sobrevivência e subsistência, seja pela falta de um processo de socialização com regras, limites e normas societárias, quase ausentes do convívio familiar. Carece pensar em novos vínculos, relações pessoais, sociais e institucionais.

No entanto, a vida do dia-a-dia das famílias fragilizadas, em risco ou vulnerabilizadas, tem obrigado seus(uas) filhos(as) a trabalhos infantis, envolvendo exploração sexual ou esmolas nas esquinas da vida. Em contraponto, a Bolsa Família, o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e outras modalidades de Políticas Públicas episódicas têm colaborado para a diminuição deste mapa de exclusão no Brasil, onde um número incomensurável de famílias encontravam-se abaixo da linha da miséria absoluta. O Estado se propôs a atender a esta situação, de forma positiva, humanitária e rápida. Crianças e adolescentes puderam voltar para a escola mas, no entanto, a qualidade do ensino está necessitando, neste momento histórico, de uma revisão total, uma vez que a maioria não lê, não escreve, nem resolve problemas de aritmética básica.

A criança e o adolescente têm o direito de expressar sua opinião e formular seus próprios juízos e expressá-los, sobre todos os assuntos relacionados com eles mesmos, em função de sua idade e maturidade. No entanto, esta dimensão do novo paradigma ainda está longe de acontecer diante da família, professores, policiais, transeuntes, seja de forma escrita ou impressa, ou por meio das artes ou qualquer outra forma. Temos visto muitas iniciativas tentando concretizar esta dimensão normativa, legal e, principalmente, educacional, através do protagonismo infanto-juvenil via atividades nos programas, nas conferências de todos os níveis no País, bem como em simulados com autoridades, em Câmaras e Assembléias Legislativas, dentre outros.

Se o respeito ao direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de crença, fosse consolidado em nossa nação, com certeza teríamos menos manifestações de agressividade, violência nas famílias e, principalmente, no cotidiano da escola. Nesta ocorre o Bulling, uma ação preconceituosa, discriminadora e excludente, causando até morte dentro e fora dela. Muitos jovens e adolescentes evadidos, expulsos ou que não dispõem, em sua comunidade, de atividades como esporte, lazer, cultura, têm se unido em grupos, turmas ou gangues para fazer depredações, arruaças e até delitos, muitas vezes aliciadores para o crime organizado ou para o tráfico de drogas. Aqui se coloca uma das preocupações mais importantes como políticas públicas para a Juventude, que sequer tem o Ensino Médio nas escolas públicas disponíveis, além de orientações efetivas para a sexualidade sadia, evitando a gravidez na adolescência e doenças transmissíveis como é o caso da HIV/AIDS, Rubéola e outras.

Não há incentivo quase nenhum, nas Escolas, para grupalização, associações, grêmios estudantis, onde os alunos poderiam, em reuniões pacíficas, aprender e realizar como se vive numa sociedade democrática. Faltam informações e materiais que promovam o bem-estar social, espiritual e moral para a saúde física e mental.

Quanto às crianças ou adolescentes portadores de deficiências físicas ou mentais, deverão desfrutar de vida plena e decente e, pelo processo de inclusão, participar das atividades do ensino brasileiro, indo para a escola pública ou privada, recebendo um atendimento adequado. No entanto, a maioria dos gestores, supervisores, professores, merendeiros ou seguranças, não receberam formação para acolhê-los com dignidade e adequação à sua deficiência, não conseguindo desenvolver cuidados solicitados, não propiciando oportunidades educacionais, de lazer ou de integração social possíveis.

Em relação à saúde materna infantil, tem havido um empenho considerável, tanto por entidades governamentais como não governamentais, que efetuam um serviço de bom padrão neste sentido. Nos últimos anos, houve significativa diminuição da mortalidade infantil e materna, no Brasil, pelos cuidados básicos de saúde desenvolvidos, inclusive pela campanha periódica de vacinação em massa, pela distribuição de alimentos nutritivos como multimistura ou merenda escolar balanceada.

Quanto ao direito à educação cidadã, propiciadora do desenvolvimento da personalidade, das aptidões, das capacidades mentais e físicas, ou seja, de todo seu potencial, estamos ainda muito longe de empoderá-los com os valores de igualdade, justiça social, e equidade, cultura de paz, respeito às diferenças e adversidade, ou respeito ao meio ambiente, dentre outros aspectos. Apesar de algumas iniciativas dispersas e restritivas, não se propicia ainda que participem da vida cultural, artística, recreativa e de lazer, em todas as classes sociais.

O ECA, como força propulsora da efetivação do Sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, possui característica que o identifica e o personaliza, em quatro dimensões distintas, porém integradas e interrelacionadas, quais sejam: a mobilização social, como empenho agregador das entidades, grupos e instituições que lutam historicamente para efetivar as políticas públicas definidas para a infância e adolescência; como "sujeitos de direitos" e prioridade absoluta e em desenvolvimento peculiar; como articulação em rede de proteção capaz de intervir como sociedade civil e órgãos governamentais em atuações interligadas, dada a incompletude institucional dos serviços por elas prestadas. A participação comprometida de inúmeros atores sociais que, ao longo de 18 anos das leis, se envolveram e se engajaram na luta pela implantação, proteção, promoção, defesa dos direitos humanos infanto-juvenis, tem sido capaz de manter acesa a esperança de que as crianças e adolescentes sejam respeitados nas suas etapas de vida. Finalmente, a organização dinâmica e orgânica que fortaleceu a fiscalização e o controle social das políticas públicas, operacionalizadas nos planos nacionais do Sistema Nacional de Medidas Sócio Educativo e no Plano Nacional de Direito à Convivência Familiar e Comunitária, por exemplo, colocando em marcha a Doutrina de Proteção Integral, a qual, por sua vez, exige a garantia da respeitabilidade, de regionalidade da escolarização fundamental e profissional, além da redução e reintegração daqueles que necessitam reparação, uma vez que foram envolvidos em atos infracionais.

A essência da mudança de novos paradigmas são as práticas sociais com visão educativa e não punitiva e repressora. Hoje, constroi-se um novo projeto políti-

Sistema de
garantia dos
direitos da
criança e do
adolescente

rede de
proteção

práticas
sociais
com
visão
educativa

co pedagógico com indicadores capazes de explicitar os avanços dos planos personalizados, sujeitos perenemente a processos avaliativos de suas etapas de crescimento, desenvolvimento e amadurecimento.

É necessário, neste momento, avaliarmos o papel desempenhado pela democracia participativa, imbricada nos conselhos de direitos, na fiscalização dos conselhos tutelares, ministério público, juízes da infância e adolescência, e policiais, do comportamento infanto-juvenil, através de ações estratégicas que fortaleçam os avanços e corrijam as distorções e resultados equivocados e contundentes, a fim de redefinir novas propostas alvissareiras e promotoras da defesa da criança no mundo, com consciência crítica e emancipatória, uma vez que, como Norberto Bobbio proclama, estamos vivendo na Era dos Direitos, desde os anos 90. A família, o estado e a sociedade precisam mudar seus valores culturais, para realmente alcançarmos os objetivos definidos pelo ECA, num horizonte de tempo real, para além dos 18 anos completados em 2008.

Um quesito importantíssimo das Políticas Públicas e Sistema de Garantia de Direitos é a exigência imprescindível definir o orçamento criança⁴ para concretização e efetivação das políticas delineadas pelo movimento da sociedade civil e colocadas em prática pelos estados brasileiros, com objetivo de respeitar os direitos humanos sob ponto de vista jurídico, político, sociocultural, integrando as políticas públicas vigentes nos planos, programas, serviços e ações de apoio a todas as dimensões da vida da criança e do adolescente.

A criança merece que pensemos que o ontem já passou, o amanhã virá, e hoje é o momento precioso de suas vidas. O ECA veio para propor este histórico momento.

O olhar civil sobre a visibilidade e invisibilidade do ECA, na realidade social brasileira, clama na perspectiva e fortalecimento do sistema de garantia dos direitos. Necessitamos implantar consistentes conselhos de direitos e tutelares em todo o Brasil; o direito à participação protagônica infanto-juvenil é uma urgente necessidade; a convenção Internacional é um ícone que precisa ser incluído no mapa das propostas de atendimento, as políticas públicas necessitam ser articuladas a fim de que a proteção integral seja respeitada, o projeto político-pedagógico deve ser um dado obrigatório para todas as instituições públicas ou privadas, como diretriz nacional; que orçamento criança seja uma prioridade nacional, que se crie um ministério para a criança no Brasil, que a mídia e a comunicação sejam orientadas continuamente, com dados e informações gerais específicas sobre as violações (SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência); bem como todos os operadores da justiça infanto-juvenil, e todos os possíveis trabalhos devem ser integrados de forma intersetorial e articulados em redes sociais de proteção.

⁴OC - orçamento criança - nomenclatura utilizada pelo CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, no Plano Diretor Municipal.

Bibliografia

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1998

Constituição Brasileira, 5/10/1988

Convenção Internacional da Criança, 1958

Convenção Internacional dos Direitos da criança.

Estatuto da Criança e do Adolescente ECA - Lei nº 6069, 13/7/1990

Lei da Criação do Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente - CONANDA - Lei nº 8242/1991

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na Sociedade de Classes. S. Paulo: Editora Ática, 1978.

Fórum Nacional DCA - 18 anos do ECA: o olhar da Sociedade Civil. 2008.

GARRIDO DE PAULA, P. A. Justiça, adolescente e ato infracional: sócio educação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2005.

PASSETI, Edson. História das Crianças no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

TAYLOR, Charles. As fontes do Self - a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

Questões para reflexão em grupo:

1-Quais políticas públicas mais importantes já implantadas e implementadas no seu município? Faça considerações sobre cada uma delas, seus resultados, diferenças e perspectivas.

2-Como são orientadas no Programa Integração AABB Comunidade, os participantes, a família e a escola, a comunidade sobre estas políticas públicas? Dê alguns exemplos.



EDUCOMUNICAÇÃO - Mídia para Crianças e Adolescentes:
mídia de todos e mídia para todos¹.

Edney Mota Almeida²

Neste primeiro módulo de 2009, a contribuição do Programa Integração AABB Comunidade para a implantação de Políticas Públicas, um dos temas que vamos abordar é a Comunicação e o conceito de EDUCOMUNICAÇÃO. Ou seja: Educação e Comunicação.

A palavra educomunicação foi utilizada pela primeira vez por Mario Kaplún, filósofo da educação, nascido na Argentina, amigo e companheiro de Paulo Freire, conforme trabalho de pesquisa da jornalista Marcela Galvão Bernardi: Educomunicação: uma proposta para a educação ambiental (2003-2006).

Para melhor ajudar na definição deste conceito que parece novo, mas já é debatido há mais de uma década, nada melhor que as palavras de um dos principais articuladores brasileiros da educomunicação na atualidade, o jornalista, educador e professor Ismar de Oliveira Soares:

“Quando a gente fala em educomunicação, palavra um pouco longa, a pessoa estranha e pergunta o porquê, se toda educação deveria ser comunicação. Na verdade, o conceito é um pouco antigo, já tem uns 15 anos, quando era usado para identificar uma área chamada Educação para a Comunicação, isto é, a educação para a formação do chamado senso crítico frente à mídia, especialmente frente à televisão. Produzia, portanto, uma preocupação que agora está latente com a discussão em torno da classificação indicativa. Então, por um tempo, o conceito educomunicação significou educação para a mídia. No entanto, as pesquisas do Núcleo de Comunicação e Educação da USP apontaram a existência de uma nova realidade, que é representada pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs), que desde os anos 70 vinham usando a comunicação de forma alternativa. Não no sentido de atender uma demanda do mercado, porém, para colocar temas em debates de problemas sociais. Muitas pessoas em todo mundo, especialmente na América Latina e África, ao desenvolverem esses usos alternativos de comunicação, estavam interferindo tanto na educação, como na comunicação. Eram até um pouco rejeitados pelos dois lados. Tanto a educação estranhava, que dizia: Bom, isso aí é educação popular, não é educação formal, não é também escola. No entanto, a comunicação dizia: Isso aí é coisa de gente que gosta de pobre, que gosta de temas que não são os temas do mercado, do entretenimento. No entanto, especialmente a partir do Herbert de Souza, o 'Betinho', que começou a usar essa comunicação para grandes finalidades de cidadania, essa prática ganhou legitimidade. Nós detectamos através de uma

A educação será, portanto, um reagir (responder) criativamente do educando. Em outras palavras, é desenvolver uma capacidade de reagir frente aos outros e ao mundo que nos rodeia. É conseguir que o homem seja capaz, durante toda a sua vida, de interrogar-se e encontrar respostas adequadas para transformar a realidade. Em resumo, que não sejam homens espectadores, mas sim recriadores do mundo.

Francisco Gutierrez

Educação
e
Comunicação

comunicação
e
cidadania

¹Este título foi inspirado no Movimento, de mesmo nome, realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 2008.

²Jornalista, pesquisador, educador social do NTC-PUC-SP (Núcleo de Trabalhos Comunitários) da PUCSP, mestrando em Ciências Sociais pela PUCSP, foi criador do "Oficina de Rádio" do Colégio Radial e idealizador do tablóide comunitário "Jornal do Capão" na periferia da Zona Sul de São Paulo.

pesquisa feita em 99 que na América Latina inteira existiam pessoas que estavam envolvidas nesse processo, que já estava legitimado e que já estava se aproximando da própria mídia. Já existiam meios de comunicação muito preocupados com a educação, especialmente na área do meio ambiente. Esse conjunto de atividades voltado para o conhecimento do uso desses meios numa perspectiva de prática da cidadania damos o nome de educomunicação.”

Pode-se interpretar nas palavras de Ismar que a educomunicação surgiu a partir da necessidade da escola em ler e interpretar, de maneira crítica, os códigos, sinais e mensagens emitidos pelos meios de comunicação de massa, em especial a TV. Em uma época de sociedade globalizada e marcada pela rapidez e excesso de informação, preparar as crianças e adolescentes para esta realidade se torna tarefa urgente da qual nenhum educador deveria se omitir.

Mais que isso, orientar e conscientizar os educandos na perspectiva de conciliar toda a informação recebida e filtrada com a experiência de realizar na prática ações efetivas que possam mudar para melhor a realidade de cada um e da coletividade. Ao mesmo tempo em que evitar a queda nas armadilhas da manipulação, da distorção da informação, e do uso dela para favorecer a interesses de pequenos grupos de poder, se consistiria em aventura feliz, inédita e viável em todas as cidades do Brasil, onde há o Programa Integração AABB Comunidade.

O impacto e as transformações na sociedade causadas sobretudo pela tevê também foram estudados por Ciro Marcondes Filho. O pesquisador aponta um caminho para o educador seguir, evitando assim saídas equivocadas e repetitivas:

“E o que deve então fazer o professor? De qualquer modo, a crise que a TV instituiu no ensino levou a um questionamento dos efeitos e das formas de transmissão de conhecimentos da escola tradicional, chamou a atenção de educadores para a necessidade de renovação e adaptação aos novos tempos, para a busca de uma comunicação mais atualizada com a geração jovem, com a qual trabalham. Imitar a TV, como tentam certos professores de cursos vestibulares, não é, evidentemente, a melhor forma de recuperar o interesse e a atenção do aluno. Primeiro, porque jamais conseguirão se igualar ao brilho e ao fascínio da TV, reduzindo-se a cópias de segunda classe das personagens populares da TV, confirmando mais ainda a crise e a falência da escola³.”

Marcondes Filho chama atenção para a crise da escola e urgência na renovação do professor no modo de ensinar; para se atualizar com a geração jovem. No entanto, demonstra preocupação com o fato de alguns educadores tentarem imitar certas estrelas da televisão. Não é isso também que se deseja no Programa Integração AABB Comunidade. O que se busca é a criação, o processo de autonomia, de democratização da informação e dos meios de comunicação. Por isso, se defende a ideia da possibilidade dos educandos serem protagonistas na construção da informação e do domínio das ferramentas comunicacionais.

Acredita-se na possibilidade e viabilidade de importante empreitada para a transformação da realidade de milhares de pessoas. Acredita-se na capacidade criadora, inventiva e solidária dos jovens. A partir do momento em que eles se sentirem pertencentes ao processo de criação, poderão realizar feitos satisfatórios. Basta observarmos o porquê nas faculdades de comunicação as disciplinas de laboratórios e práticas de rádio, tevê, fotografia e jornal impresso fazem tanto sucesso e estão sempre abarrotadas de alunos. Porque eles querem criar suas próprias notícias, querem expressar suas vontades, sentimentos, pensamentos e formas de enxergar o mundo.

O desafio agora está, portanto, lançado para todos os educadores: se constituírem em

³1988, p. 105.

educomunicadores. Antes porém, seria necessário entender melhor e refletir mais sobre o papel a desempenhar. E sobre as possibilidades de criação e intervenção social que essas práticas podem proporcionar à área da educação. No Município de São Paulo, por exemplo, o objetivo é implantar a educomunicação nas escolas públicas como filosofia e metodologia de trabalho. Algumas já vivenciam na prática a fascinante experiência de montar um estúdio de rádio, um laboratório de imagem e vídeo e uma redação de jornal.

imagem e vídeo

Por suscitar fortes componentes imaginativos e criativos, o rádio é importante instrumento e meio de comunicação experimentado por estudantes, que praticam e aprimoram a oralidade, além de outras qualidades cognitivas. No laboratório de imagem e vídeo há também um universo de possibilidades. Desde o registro fotográfico, a produção de fotos, que podem ser usadas no museu histórico da memória, sugerido pelo educador social Márcio Leopoldo, até a captação, edição e montagem de imagens feitas em uma filmadora.

Quem não conhece a célebre frase de Glauber Rocha: "Uma câmera na mão e uma ideia na cabeça"? As imagens captadas podem passar também pelas mãos de um roteirista que dará sequência e lógica à narrativa. E o laboratório de redação pode incentivar a escrita, a leitura, na medida em que os próprios educandos desenvolvam e participem de todo o processo de criação e redação dos fatos, das notícias e das informações que ganharão interpretação e destaque na publicação, que pode ser um jornal, uma revista, um boletim, enfim.

comunicadores sociais

Outras perspectivas também se abrem, mesmo em momentos de crise mundial, como vem propagando a mídia nos últimos tempos e já se sente na realidade. No Mundo do Trabalho, tema que vem sendo trabalhado e pesquisado pelo educador social Marcos Marinho, por exemplo, os jovens terão a oportunidade de conhecer na prática as atividades desenvolvidas pelos chamados "comunicadores sociais". As portas e as janelas das possibilidades estão abertas. No entanto, para o exercício experimental da educomunicação algumas etapas e recomendações precisam ser consideradas, como observa Soares:

"A Educomunicação define-se como um conjunto das ações destinadas a integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação (cumprir o que solicitam os PCNs no que diz respeito a observar como os meios de comunicação agem na sociedade e buscar formas de colaborar com nossos alunos para conviverem com eles de forma positiva, sem se deixarem manipular. Esta é a razão de tantas palestras sobre a comunicação e suas linguagens); criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos (o que significa criar e rever as relações de comunicação na escola, entre direção, professores e alunos, bem como da escola para com a comunidade, criando sempre ambientes abertos e democráticos. Muitas das dinâmicas adotadas (...) apontam para as contradições das formas autoritárias de comunicação); melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas (Para tanto, incluímos o rádio como recurso privilegiado, tanto como facilitador no processo de aprendizagem, quanto como recurso de expressão para alunos, professores e membros da comunidade); a Educomunicação necessita que sejam observados alguns procedimentos sem os quais fica irreconhecível:

planejamento participativo

relações de comunicação

a) É necessário prever e planejar conjuntos de ações, no contexto do plano pedagógico das escolas, e não ações isoladas (uma ação isolada não modifica as relações de comunicação num ambiente marcado por práticas autoritárias de comunicação);

b) Todo planejamento deve ser participativo abrangendo todas as pessoas envolvidas como agentes ou beneficiárias das ações (por isso, convidamos os professores, alunos e membros das comunidades a desenvolverem planejamentos conjuntos);

c) As relações de comunicação devem ser sempre francas e abertas (a educomunicação busca rever os conceitos tradicionais de comunicação, como se existissem apenas para persuadir ou fazer a boa imagem dos que detêm poder e fama. Aqui, a comunicação é feita para socializar e criar consensos);

d) O objetivo principal é o crescimento da autoestima e da capacidade de expressão das pessoas, como indivíduos e como grupo.”

Para que tudo isso dito por Soares possa acontecer seria, no entanto, necessário adequar a realidade de cada Município, de cada AABB, às necessidades apresentadas pelos educandos. A ideia precisa ser incorporada e colocada à prova por todos que compõem e fazem o Programa avançar, pois todos são agentes sociais.

Seria fundamental também, é claro: a aquisição de materiais e equipamentos necessários para a instalação de laboratórios, oficinas, estações digitais, que possibilitem a produção de programas de rádio e vídeo, redação e impressão de jornal e fotografias; e a capacitação dos educadores que aprimorariam os conhecimentos sobre as diferentes formas de linguagens e de comunicação, podendo aprender a dominar melhor as ferramentas exigidas, bem como a dialogar e interagir melhor com os educandos.

Nas experiências comunitárias com rádio, tevê e jornal impresso, a primeira se apresenta como sendo a mais viável entre as três. Pois a produção no rádio é mais simples e não exige grandes investimentos. Embora sejam possíveis e viáveis também, com um pouco mais de recursos e investimento, a instalação de laboratórios de vídeo-imagem e de redação para jornal e revista. Mas insistimos que o rádio pode ser mais acessível, e tem papel indispensável entre os meios de comunicação, conforme reforça Álvaro Alves de Faria:

“A razão de ser do rádio é a prestação de serviço de informação. Isto o rádio faz como nenhum outro tipo de veículo de comunicação consegue fazer com precisão e agilidade. A maioria das pessoas não tem acesso aos jornais e nem às revistas. Daí o fato de que o rádio, que por muito tempo esteve relegado a um segundo plano, ter reconquistado seu espaço nos meios de comunicação de massa. Num país em desenvolvimento e de dimensões continentais como o Brasil, o rádio tem um papel fundamental a cumprir, que é unir a opinião pública em torno dos grandes temas nacionais. O rádio é o elo entre a sociedade e os poderes constituídos. O rádio tem o papel de aglutinar a população em torno dos interesses maiores do país⁴.”

É dentro desse contexto que o Programa Integração AABB Comunidade tem o desafio de cumprir um papel de protagonista nas comunidades onde atua. Pensando nessa proposta, se registra a seguir a compilação de algumas recomendações do mestre dos locutores Mario Kaplún para quem desejar iniciar um namoro com o veículo chamado rádio. Sim, um namoro, pois é preciso antes se apaixonar.

O primeiro conselho é para os locutores e locutoras, chatos e chateadores, que pensam em um público com vocação masoquista:

⁴1994, p. 197.

“Quem alguma vez já se aventurou a fazer rádio, teve que aprender por experiência a não esquecer nunca esta simples verdade: todo aparelho receptor tem dois botões, um que serve para desligar e outro para mudar de estação. Assim, se nosso programa não consegue suscitar o interesse do ouvinte, nada mais fácil que silenciar-nos. Ou substituir-nos por uma música⁵”

O segundo conselho é dirigido aos jovens escritores, tão impacientes como inexperientes, que imaginam as musas voando sobre sua cabeça e esquecem que a inspiração nasce da transpiração. E da vida.

“Mais de uma vez nos cursos sob minha responsabilidade trabalhei com participantes que demonstravam boas aptidões literárias e técnicas, em termos de destreza e captação do ofício, para compor radiodramas: por exemplo, habilidade e sentido radiofônico para construir seus diálogos. Mas tinham uma vida fechada e fácil, sem contato com o povo, sem sofrimentos nem dilemas profundos. Estes estudantes não conseguiam produzir bons radiodramas nem sei se alguma vez o conseguirão. Não sentiam os temas nem vibravam com eles. E em suas pautas, tudo era convencional, falso, dissociado da realidade. Assim como um ator tem que apelar para sua memória emotiva para viver um personagem, mais ainda um escritor dramático precisa ter vivido pessoalmente situações conflitivas e intensas para poder criar outras semelhantes em suas obras. Há algum curso onde isto possa ser ensinado, nem em dez semanas nem em cinquenta?⁶”

O terceiro conselho é para os comunicadores surdos, para as comunicadoras metidas, os que nunca perguntam, as que jamais duvidam, para quem está convencido da importância de suas ideias e descuidam do que é o principal em comunicação:

“Comunicar é uma aptidão, uma capacidade. Mas é, sobretudo uma atitude. Suponha que estamos dispostos a comunicar, cultivar em nós a vontade entrar em comunicação com nossos interlocutores. Nosso destinatário tem seus interesses, suas preocupações, suas necessidades, suas expectativas. Está esperando que lhe falemos das coisas que lhe interessam, não das que interessam a nós. E só se partirmos de seus interesses, de suas percepções, será possível estabelecer o diálogo com ele. Tão importante como perguntar-nos o que nós queremos dizer, é perguntar-nos o que nossos destinatários esperam ouvir. E, a partir daí, buscar o ponto de convergência, de encontro. A verdadeira comunicação não começa falando, mas ouvindo. A principal condição do bom comunicador é saber ouvir⁷”.

O quarto e perspicaz conselho, para os roteiristas quando estão diante da folha em branco, quando começam a escrever e não sabem como fazer para que os diálogos fiquem agradáveis e atrativos:

“Enquanto esteja escrevendo seu roteiro, não se esqueça nunca que a linguagem falada é diferente da escrita. Devemos pôr nosso texto por escrito, mas ele está destinado, não a ser lido com a visão como um texto impresso, mas ouvi-

Comunicar
é uma
aptidão
uma
atitude

saber ouvir

linguagem
falada e
escrita

projetos
colaborativos

⁵EL COMUNICADOR POPULAR. Quito: Ciespal, 1985, p. 110

⁶UN TALLER DE RADIODRAMA, Materiales de Trabajo. Quito: Ciespal, 1985, p. 119.

⁷EL COMUNICADOR POPULAR. Quito: Ciespal, 1985, p. 115 e 118.

do. Tem que soar com a familiaridade, a naturalidade e espontaneidade da linguagem falada. Inclusive, às vezes, com as imperfeições da linguagem falada. O melhor conselho que posso dar-lhes é: escreva escutando-se. À medida que escreve, leia em voz alta o que está escrevendo. Por vezes, inclusive, adiante-se: pronuncie primeiro a frase e depois a escreva. Dite a si mesmo. Escute cada frase, prove como soa. Sinta seu ritmo oral, sonoro. Se soar pesada, longa, artificial, com rodeios, com idas e vindas, refaça-a, divida em duas ou mais frases curtas e diretas. O ouvido lhe dirá onde colocar com mais naturalidade o sujeito, o verbo e o predicado”.⁸

Os conselhos são tão interessantes e coerentes com a concepção de educação libertadora que se tornam necessários para quem deseja iniciar-se na estrada da comunicação. No próximo módulo do ensino à distância constarão outras dicas do mestre. Por agora, nas considerações finais, se retoma os estudos de Ismar de Oliveira Soares para fortalecer a ideia de incorporação, implantação e implementação do conceito de educomunicação por todos que constroem o Programa Integração AABB Comunidade:

“Os recentes estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Comunicação e Educação sobre a interrelação comunicação e educação apontam para a emergência de um campo de intervenção social caracterizado por oferecer um suporte teórico-metodológico que permite aos agentes sociais compreenderem a importância da ação comunicativa para o convívio humano, a produção do conhecimento, bem como para a elaboração e implementação de projetos colaborativos de mudanças sociais. O conceito e as práticas educacionais vêm somar-se às propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais no que se refere especialmente à área das linguagens e suas tecnologias. O conceito da educomunicação propõe, na verdade, a construção de ecossistemas comunicativos abertos, dialógicos e criativos, nos espaços educativos, quebrando a hierarquia na distribuição do saber, justamente pelo reconhecimento de que todas as pessoas envolvidas no fluxo da informação são produtoras de cultura, independentemente de sua função operacional no ambiente escolar. Em resumo, a educomunicação tem como meta construir a cidadania, a partir do pressuposto básico do exercício do direito de todos à expressão e à comunicação.”

Mais uma semente está lançada. Parafraseando o mestre Mario Kaplún, "comunicação é uma rua larga e aberta que amo transitar". No mais, se espera, no esperar esperançoso dos "andarilhos da utopia" preconizado por Paulo Freire, a criação e a recriação de oficinas e laboratórios, de produção de curtas-metragens, de videoclips, de documentários, programas de rádio, de tevê, jornais e revistas, fotografias etc. Mesmo que sejam de forma experimental.

⁸PRODUCCIÓN DE PROGRAMAS DE RADIO. Quito: Ciespal, 1978, p. 280.

Bibliografia

ABRAMO, Perseu. Padrões de Manipulação na Grande Imprensa. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A Influência do Jornalismo e O Jornalismo e a Política. - Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. Contrafogos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BRETON, Philippe. A Manipulação da Palavra. (trad. Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Loyola, 1999

CÉSAR, Cyro. Rádio: a mídia da emoção. São Paulo: Summus, 2005.

FARIA, Alvaro Alves de. Jovem Pan, 50 anos. São Paulo: Maltese, 1994.

GUTIERREZ, F. Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1978.

MARCONDES Filho, Ciro. Televisão: a vida pelo vídeo. São Paulo: Moderna, 1988.

FREIRE, P. e GUIMARÃES, S. Sobre educação - diálogos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Sítios pesquisados:

<http://www.usp.br/nce/aeducunicacao/>

<http://www.radialistas.net/portuclip.php?id=1400252>

<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista4/perfis%204-2.htm#Principais%20links>

Questões para reflexão em grupo:

1-Você é um educador? Por quê?

2-Você considera possível a instalação de rádio, TV e imagem, ou de jornal impresso em sua AAB? Por quê?



A contribuição da Pesquisa-ação como Metodologia de trabalho social na construção de Políticas Públicas

*Graziela Santos Graciani*¹

"Saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando, na prática, procurar a coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aquele saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante. De nada serve, a não ser para irritar o educando e desmoralizar o discurso hipócrita do educador. Falar em democracia e liberdade, mas impor a vontade arrogante do mestre "

Paulo Freire

Nesse texto analisaremos a prática político-pedagógica do Programa Integração AABB Comunidade a partir da Metodologia de Pesquisa-ação, considerada como um dos instrumentos fundamentais para o exercício ativo da cidadania, e a sua contribuição na construção e definição de Políticas Públicas.

Para discutirmos sobre a relevância deste Programa em contribuir com o desenvolvimento da referida Metodologia, é importante conceituarmos o que é Pesquisa-ação dentro da Concepção de Educação Libertadora. Thiollant define que:

"Em geral, a idéia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores, não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a "dizer" e a "fazer". Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados."

Nesse aspecto, avaliamos que o Programa tem avançado no que se refere à metodologia de pesquisa-ação, pois são inúmeras as atividades que foram realizadas ao longo dos anos. Dentre elas, podemos citar o Diagnóstico Participativo Nacional de Educação Socioambiental, realizado pelo Projeto Olhos N'Água, no qual os educadores atuaram como pesquisadores da realidade geopolítica local. A partir disso, foram traçadas metas e indicadores para a formação continuada dos próprios educadores, visando a apropriação da realidade com perspectiva para sua transformação. Assim, o Relatório Final dessa pesquisa possibilitou que novas ações e intervenções fossem realizadas, objetivando uma maior participação nos diversos canais de construção de políticas públicas socioambientais.

Este exemplo retrata o esforço histórico que o Programa Integração AABB Comunidade vem desempenhando no sentido de contribuir na efetivação de um projeto político-pedagógico democrático e participativo. Quando os educadores dialogam criticamente com as diferentes características que compõem a sua realidade

Este texto trata da importância de compreender a prática político-pedagógica do Programa Integração AABB Comunidade, analisando-a a partir da metodologia da pesquisa-ação, cuja proposta interativa e participativa contribui de maneira significativa na elaboração de Políticas Públicas

prática político pedagógica

pesquisa-ação

metas e indicadores

¹Pedagoga pela PUC/SP, Educadora Social do NTC-PUC/SP

²2007, pág. 18.

de, refletem e, simultaneamente, são tocados e influenciados por ela, ampliam sua consciência no sentido de, junto a outros atores sociais, intervirem nessa realidade para transformá-la.

Portanto, o compromisso do pesquisador-educador está imbuído de intencionalidade político-pedagógica, na medida em que somos gravitados por um campo ideológico que nos apóia e nos estimula a criar coletivamente novos conhecimentos, e assim, responder às demandas da realidade em questão. Antes mesmo da realização de uma pesquisa, planejamos onde queremos chegar, quais são os nossos objetivos, como iremos trabalhar, quem é o público participante, dentre outros aspectos inerentes à realização deste trabalho.

O diferencial do método de pesquisa-ação está justamente no empoderamento do sujeito participante que, ao participar da pesquisa, vai alterando as premissas iniciais do pesquisador, isto é, o pesquisado interfere não apenas na produção de dados, mas ao interagir com o pesquisador, influencia também na ampliação ou ressignificação, por exemplo, do marco teórico ou das estratégias adotadas pelo pesquisador.

A pesquisa-ação vem, portanto, para contrapor a lógica autoritária e segregadora de produzir conhecimento, cujo objeto de pesquisa esteve sempre desvinculado do seu pesquisador ou do contexto onde está inserido. Historicamente, essa prática se pautou na sobreposição do saber acadêmico em relação ao saber popular. De modo geral, a ciência, em nome do saber sistematizado, desconsiderou a contribuição dos sujeitos envolvidos, pois sempre legitimou-se na falsa ideia de que o conhecimento era produzido por intelectuais academicistas, e não a partir da interação entre pesquisador e pesquisado, educador e educando.

Embora a metodologia de pesquisa-ação tenha trazido avanços no que se refere à forma de fazer pesquisa, muito ainda precisamos fazer no sentido de exercitarmos uma nova ética que contribua com a ruptura das práticas autoritárias enraizadas em nossa cultura educacional. Para nós educadores sociais, é imprescindível, portanto, rever constantemente a relação entre o saber e o fazer, ressignificar a nossa atuação educativa, numa relação dinâmica entre a teoria e a prática.

Nosso grande desafio em desenvolver pesquisa-ação como um dos instrumentos de construção de indicadores sociais participativos, que poderão subsidiar substancialmente na elaboração e efetivação de Políticas Públicas, está justamente na nossa prática pedagógica, pois precisamos transcender a resolução de problemas particulares de determinados setores ou territórios, para atuarmos nos diversos espaços democráticos, que gestam essas políticas.

Neste sentido, avaliamos que muitas ações que vêm sendo realizadas no Programa Integração AABB Comunidade estão sendo desenvolvidas para além da perspectiva interna, pois é notório o envolvimento dos educandos, de suas respectivas famílias e comunidades, bem como da equipe pedagógica e administrativa deste Programa em Conferências, Encontros Regionais de Educandos, Fóruns Municipais, Orçamento Participativo, Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Municipais diversos, dentre outras importantes ações definidoras de Políticas Públicas.

Para chegarmos a esse ponto de atuação, foi necessária a criação do Conselho Participativo Deliberativo do Programa, para assegurar as diretrizes definidas no Projeto Político Pedagógico. Este agrega princípios e valores da Concepção de Educação Libertadora, que se pauta na perspectiva de Democracia Participativa, universalização do acesso e qualidade das Políticas Públicas.

Essa estrutura democrática do Programa é um diferencial no desenvolvimento de metodologias de trabalhos sociais, pois nos permite realizar iniciativas emancipatórias, na medida em que problematiza, na relação educador e educando, sobre as contradições que determinam a realidade social, bem como cria iniciativas e condições de enfrentamento das mazelas sociais.

Outro aspecto relevante nesta reflexão refere-se à importância da avaliação processual que devemos realizar sistematicamente para analisarmos como o Programa vem impactando nas transformações sociais. Neste sentido, podemos mensurar vários indicadores que apontam a contribuição deste Programa na elaboração de Políticas Públicas. Podemos citar alguns exemplos:

a) Metodologia lúdica e participativa, na qual os educandos aprendem a partir de brincadeiras dialogadas sobre a sua importância na construção de um outro Projeto Societário, baseado na igualdade e solidariedade;

b) Promoção do Sistema de Garantias dos Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente, que ao debater os fundamentos da Doutrina da Proteção Integral trazida pela Lei Federal nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, cria condições de interpretação, divulgação e efetivação deste marco legal.

c) Sistematização do conhecimento produzido na coletividade, especialmente por meio dos Módulos do Programa de Educação Continuada à Distância, que aprofundam diferentes temas que são trabalhados no decorrer da formação presencial. Essa produção teórica vem sendo utilizada em outros espaços onde são produzidos conhecimentos e por profissionais que trabalham na gestão de Políticas Públicas;

d) Incentivo ao exercício do Protagonismo Juvenil pela participação de crianças e adolescentes nos diferentes espaços democráticos de edificação de Políticas Públicas. A propósito, este ano de 2009, haverá a realização de Conferências das mais diversas áreas, incluindo as Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente, e, em alguns municípios ocorrerá a Conferência Lúdica.

Os exemplos citados acima são amostras da relevância do trabalho social que o Programa Integração AABB Comunidade vem realizando junto com outros parceiros e em diferentes localidades do Brasil. Sem ser o único, vem assumindo seu papel na Rede de Proteção Social, na medida em que desenvolve diferentes frentes de atuação por meio da pesquisa-ação, formação, intervenção, participação, sistematização e avaliação dos processos vivenciados, além de criar indicadores sociais participativos que podem subsidiar na elaboração, execução e avaliação das Políticas Públicas.

Essa atuação implica numa tentativa histórica e coletiva de sensibilizar os educandos, suas famílias e comunidades sobre a necessidade da existência de uma gestão integrada e compartilhada das políticas públicas, que promovam a intersetorialidade para responder as necessidades de cidadania no que se refere à educação, saúde, habitação, trabalho, assistência social, cultura, lazer, saneamento básico, meio ambiente, dentre outras.

Finalmente, podemos dizer que o nosso grande desafio enquanto educadores sociais, que integram um dos maiores programas de Complementaridade Educativa, consiste em nos apropriarmos dos saberes necessários à prática educativa emancipadora, com vistas a fazer do mesmo uma espécie de pólo irradiador de análise crítica sobre informações diagnosticadas na realidade social, bem como incentivador da participação democrática dos diferentes atores sociais no planejamento de projetos e programas que atendam à essas demandas da realidade.

Sistema de Garantias

Protagonismo Juvenil

formação,
intervenção,
participação,
sistematização e
avaliação
dos processos
vivenciados

Bibliografia:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa. 28ª. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

THIOLLENT, Michel. 15ª Edição. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

BARBIER, René. DIDIO, Lucie (trad.). A Pesquisa-ação. Série Pesquisa em Educação. v. 3. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

Questões para reflexão em grupo:

1- Qual foi a sua compreensão de metodologia de pesquisa-ação? E quais são as características desta metodologia que você considera fundamentais?

2- Existe pesquisa-ação na sua prática educativa? Cite alguns exemplos identificando de que maneira estão contribuindo na construção de Políticas Públicas.



O Universo da Arte no Cotidiano: construção e conquista de políticas públicas

Carla Casado

"... leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de "escrevê-lo" ou reescrevê-lo; quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente."

Paulo Freire

Nos artigos anteriores, com a perspectiva de ampliação de conhecimento em relação à arte, vimos o quanto é complexa, desafiadora e inesgotável a busca por compreender a metodologia alimentada e alimentando as linguagens artísticas e, principalmente, a arte como área de conhecimento necessária e como direito do ser humano. Então acompanhamos, com o passar dos anos, o que era uma iniciação tímida de apontar e refletir sobre a importância da arte, tornar-se hoje uma questão crucial com o desafio de avançar para além das teorias e achar um caminho no próprio caminhar.

Não é à toa que, em relação a este assunto, surgem inúmeras polêmicas, inseguranças, adiamentos e incompreensão de o que e como fazer.

Somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.9394/96, no final de 1996 é que a arte foi incluída na estrutura curricular como área, com conteúdos próprios ligados à cultura artística e não apenas como atividade. Antes de ser considerada como área de conhecimento, em 1971, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a arte foi incluída no currículo escolar com o título de Educação Artística, mas sendo considerada "atividade educativa" e não disciplina.

Em seu resgate histórico sobre o ensino de arte no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais nos colocam que, na primeira metade do século XX, as disciplinas Desenho, Trabalhos Manuais, Música e Canto Orfeônico faziam parte dos programas das escolas primárias e secundárias, concentrando o conhecimento na transmissão de modelos de culturas predominantes.

Na escola tradicional a valorização nos trabalhos manuais, refletia uma visão de arte utilitarista e imediatista, o ensino era voltado à apropriação da técnica para a reprodução de modelos. Segundo ainda o documento, as atividades de teatro e dança somente eram reconhecidas quando faziam parte das festas em celebração de datas comemorativas, tendo como finalidade somente a apresentação.

Em relação a este resgate feito com verbos no passado nos ressalta a questão: será que essas ações estão realmente no passado? Sabemos o quanto dessas práticas ainda estão presentes no ensino e compreensão sobre arte.

Desde que o Programa Integração AABB Comunidade iniciou, dentro da sua proposta educacional, a arte vem sendo estimulada a estar presente dentro das ações pedagógicas. A preocupação com uma metodologia que parte da necessidade do grupo, sua expressão e ampliação de conhecimento sempre foi aliada a um fazer lúdico, um aprendizado considerando todos os sentidos e prazer.

Valor da Arte

Área de Conhecimento

Cotidiano com arte

Espaço Artístico Cultural

Mobilização

Política Pública

¹Cantora, compositora e arte/educadora do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC-SP.

Segundo Fonterrada (2008), a LDBEN já citada acima trouxe uma nova maneira de encarar o ensino de artes e novas possibilidades. Porém, há uma distância que separa a lei e os documentos governamentais a respeito da educação e da efetiva implantação da música na escola. Isso se deve a uma ausência de 30 anos dos currículos escolares, até a música ser contemplada na LDBEN, ganhando status de disciplina, ao menos em teoria. Avalia a autora que, após essa ausência, perdeu-se a tradição, sendo a educação musical decorrente de hábitos, valores, condutas e visão de mundo da sociedade a cada época. Essa ausência de educação musical abriu espaço para a compreensão de música como entretenimento, sendo o gosto musical pautado pelo modismo, pelos cantores da moda divulgados pela mídia.

Por isso, ressalta a necessidade da ampliação de sua compreensão, pois o acesso ao fazer artístico ultrapassa a do lazer ou da indústria de entretenimento, torna-se importante repensar os modos de efetivação de seu ensino e a sua prática.

Ainda a autora nos alerta que o resgate do valor da música perante a sociedade é o único modo de recolocá-la no processo educacional. Podemos estender esse alerta a todas as linguagens artísticas e resgatar o seu valor não só em teoria, mas em ações cotidianas que reconheçam o seu valor.

Já refletimos, em artigos anteriores, que a prática pedagógica transformadora entende o ser humano como responsável pela construção de uma nova realidade social, pressupondo para isso uma direção cultural e política. E, lembrando Herbert de Souza, a política não está limitada à esfera do Estado, ela se dá em todas as relações.

O exercício democrático e um posicionamento com ações são possibilidades para a construção de propostas de políticas públicas, planos de ações para todos.

Em seu artigo, *Cidadania e Solidariedade: discutindo as políticas públicas para crianças e adolescentes*, para o Programa de Educação à Distância do AABB Comunidade, no módulo A, em agosto de 2001, o psicólogo e educador José Carlos Picolo destaca que, para a elaboração de uma política pública, temos que levar em conta as condições de vida em suas localidades, participação das organizações da sociedade civil, os serviços já existentes e suas condições de atendimento, recursos disponíveis e possíveis, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, conselho de defesa dos direitos e fóruns de debates. Lembra-nos também os princípios norteadores em relação a crianças e adolescentes: a prioridade absoluta na formulação das políticas públicas, destinação de recursos e prestação de socorro; respeito a sua condição peculiar de desenvolvimento e como sujeitos de direitos.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, lei n. 8069/90, o artigo 58 traz:

No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura (ECA).

Com base nessa retomada do que precisamos salientar na construção e elaboração de uma política pública e a consciência de que garantir os valores culturais, artísticos e históricos é um dever dos responsáveis pelo processo educativo, nos fica evidente a importância de praticarmos uma pedagogia de direitos, não priorizando um direito em função de outro. Ao incluirmos a arte em nosso caminho educacional, podemos, com a nossa prática aliada ao conhecimento teórico, contribuir para a ampliação de ações no município.

Neste ano de 2009 será votado pelo Congresso Brasileiro o projeto de lei do Plano Nacional de Cultura (PNC), que é o resultado de um processo contínuo de discussões públicas, estudos e outras ações

conjuntas entre instâncias do governo, sociedade civil e iniciativa privada. A realização deste Plano dependerá do acolhimento de diversas articulações políticas e sociais.

O PNC é gerado e construído por diferentes instâncias e espaços de experimentação e participação social desde 2003, cujo primeiro passo de sua elaboração foi o Seminário Nacional de Cultura para Todos.

Em seu texto de introdução, destaca-se como um plano estratégico de abrangência das demandas culturais de todos os brasileiros e brasileiras, com estratégias e diretrizes para a execução de políticas públicas dedicadas à cultura. Traz diagnóstico e orientações para o Estado nas próximas décadas. Esse processo, contido no próprio PNC deve ser visto como inacabado, como a dinâmica cultural, não se pode pensar em soluções permanentemente definitivas. Entre outras ações, o PNC cuidará da operacionalização do Sistema Nacional de Cultura que, como conceitua o PNC, significa um modelo que busca a gestão e promoção conjunta de políticas públicas, democráticas e permanentes, pactadas entre federação e sociedade civil, para a promoção do desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional.

Vamos, neste artigo, refletir sobre alguns aspectos do plano (PNC), na preocupação de relacionar a sua contribuição em propostas de ação no Programa Integração AABB Comunidade. Por isso, vou me ater aos aspectos que considero relevantes e alimentadores de práticas possíveis no nosso espaço educacional.

Para a fundamentação na formulação do PNC, houve a contribuição de estudos e pesquisas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Um dado interessante fornecido pelo IBGE é o percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação no Brasil em 2006. Neste levantamento entre muitos itens temos como índices mais altos: 89,1% com bibliotecas públicas; 82,4% com estádios ou ginásios; 82% com vídeo locadoras e 72,6% com clubes e associações recreativas. Contrastando temos: 39,8% com Unidades de Ensino Superior; 30% com livrarias; 24,8% com centro cultural; 21,9% com museus; 21,2% com salas de espetáculos e 8,7% com cinema.

Em relação aos aparelhos de rádio estão presentes em 89% dos lares do país e os monitores de TV em 98%, sendo que os estados do Sul e Sudeste abrigam mais de 50% das geradoras e retransmissoras de TV aberta e das estações de rádio AM e FM (comerciais e educativas).

Esses dados nos revelam a desigualdade em relação ao acesso a algumas manifestações culturais e aos recursos públicos destinados ao desenvolvimento sociocultural. Também nos revelam que o Programa AABB tem contribuído com a ampla visão sobre o significado de um espaço, pois estamos em um clube que ampliou sua prática cultural de acordo com a sua compreensão sobre a aliança entre educação e cultura.

Sabemos da importância das Associações Atléticas do Banco do Brasil que, ao abrir as suas portas para a comunidade com o Programa, podem garantir um espaço cultural, dando acesso a equipamentos, vivências e manifestações artísticas que contribuem na busca de diminuir essa desigualdade. Podemos visualizar a grandeza da sua ação ao constatarmos ser um Programa de abrangência nacional, dentro de uma realidade brasileira na qual, em alguns municípios, a AABB é um dos poucos espaços existentes e, por que não falar que, em alguns lugares, o único além da escola e da igreja.

PNC

Sistema
Nacional de
Cultura

IBGE

desenvolvimento
sociocultural

rede
de
ações

Nesse contexto, precisamos, além de ter consciência do que significa estar nesta rede de ações, perceber o nosso potencial em ampliar e aperfeiçoar a nossa atuação no espaço, com práticas contributivas para o exercício das diversas manifestações culturais e artísticas, estimulando a criação e proporcionando o acesso à produção local, do Brasil e do mundo.

No Programa, reconhecemos o avanço de várias localidades em relação à prática das linguagens artísticas. Neste momento, cabe uma reflexão de quais passos foram dados e quais outros precisamos dar. Um primeiro passo, já mencionado acima, seria o resgate do valor da arte atribuído por todos nós, pois esse valor é o reflexo de nossas práticas.

Na história da humanidade, a arte esteve sempre presente, com valores atribuídos de maneiras diferentes de acordo com a cultura. Torna-se importante a reflexão de como a arte convive com você, educador(a), pois se corre o risco do abandono artístico com o argumento de não ser artista, não saber das técnicas ou por insegurança.

Não estou aqui desconsiderando a necessidade e o valor de um profissional nessas áreas, muito pelo contrário, precisamos ampliar esse conhecimento com os seus saberes específicos. Porém, a realidade brasileira nos revela que se fosse implantada, por exemplo, educação musical em todas as escolas, faltariam profissionais nessa área.

A autora Fonterrada (2008) nos dá a sua contribuição quando amplia o debate, mencionando a LDB de 1996, quando exige que os professores de educação infantil tenham concluído o curso normal em instituto superior de educação. Por outro lado, dados fornecidos pelo censo revelam que 59% não têm curso superior na escola pública e 68% na rede privada.²

Em relação aos cursos superiores de licenciatura em Educação Artística, a autora destaca que poderíamos questionar a formação deste professor, pois metade do curso é composto de disciplinas comuns a todas as áreas artísticas, portanto o aluno só tem metade do curso para aprender a sua habilidade específica, ou seja, pouco tempo para aprender teatro, artes plásticas, dança ou música. Observamos que são inúmeras as questões a este respeito, inclusive se podemos considerar a aquisição de uma formação do ensino superior como um sinônimo de qualidade.

Questões são necessárias para a busca de soluções. Diante de toda essa complexidade que envolve a educação, precisamos estar atentos com aqueles que se eximem de colocar a arte no cotidiano, talvez por insegurança diante da imposição da indústria cultural e/ou por equívoco de compreensão, como: a arte é um dom para poucos, é só entretenimento, como atividade e etc.

Precisamos, segundo ainda Fonterrada (2008), preparar o leigo para ser um "animador musical", podendo estender a compreensão para um animador(a) artístico. É só resgatar o nosso conhecimento, pois a arte fez e faz parte da nossa vida, muitas vezes passando despercebida, como brincadeiras de roda, canto no chuveiro, fotografia, artesanato, pintura e tantas outras ações.

Ao resgatar esse valor, precisamos fazer a arte presente no Programa, o cotidiano precisa se traduzir em um universo artístico e cultural. Propostas e ações podem construir esse universo, vamos agora refletir sobre algumas possibilidades.

Os(as) educadores(as) podem enfrentar o desafio e compreender que há muitas coisas em artes que eles podem trabalhar, precisamos individualmente e coletivamente resgatar a arte que tem em nossas vidas e propiciar as vivências e fontes a que não temos acesso.

²Fonte: O Estado de S. Paulo, 1.10.2001, p.3.

Fazer um trabalho de integração, fortalecendo a proposta de integração entre escola, família e comunidade. Realizar ações conjuntas na pesquisa sobre as manifestações artísticas da cidade, conhecer os artistas existentes na família dos(as) educandos(as), na comunidade, grupos musicais, teatrais, artistas plásticos, entre outros.

A utilização do espaço para apresentações artísticas e incentivo a grupos, iniciando com as famílias envolvidas no Programa, proporcionaria vivências e incentivo à arte já existente e à que ainda pode existir.

Buscar, na comunidade, alguns artistas que queiram contribuir, em aprimorar algumas das criações dos(as) educandos(as), na perspectiva de qualificar a apresentação, nas especificidades que as áreas artísticas trazem.

Propiciar a criação de espetáculos de dança, teatro e música de educandos(as). Além de ampliar esse universo pelo contato com a literatura teatral nacional, regional e mundial, também incentivar a criação de espetáculos a partir das questões do grupo. Isso também em música, além de partir do que conhecem, estabelecer espaços de escuta ativa, corporal e dinâmica para o conhecimento e acesso às produções que não estão veiculadas na mídia. Ampliar o repertório musical, trazendo todos os estilos, romper as barreiras entre o erudito e o popular. Também estendendo às demais artes, como desenho, pintura, escultura, entre outras. Experimentar, trazer artistas locais, e incentivar a produção dos(as) educandos(as) e da comunidade, incluindo os familiares.

Muitas localidades já fazem e apresentam espetáculos artísticos de dança, teatro e coral, mas precisamos potencializar essas ações. Primeiramente pensar como organizar em relação à descoberta da vontade e identificação com uma área artística.

Para escolher é preciso conhecer, então é preciso dar acesso e experimentar todas as áreas para depois cada um se aproximar da que despertou maior interesse. Neste processo também está o aprendizado da escolha e dedicação que exige a mesma.

É interessante pensar que o momento da apresentação também é um aprendizado, haja vista que um espetáculo teatral, musical ou de dança, uma exposição, ou seja, a arte, precisa estar em contato com o público. Cada apresentação é um momento único e de aprendizado, a cada apresentação a arte vai se aprimorando e completa o seu sentido em comunicar com quem assiste e interage com ela.

Torna-se necessária a reflexão de que a construção de uma criação, desde um espetáculo de uma hora, até uma música, uma coreografia entre outras, precisa se manter como repertório.

Explicando melhor, é mais produtivo potencializar uma criação em tudo que ela possibilita de aprendizado e busca de uma qualidade do que várias criações com a única preocupação de apresentar uma ou duas vezes sem a preocupação com a qualidade, com o processo de amadurecimento e socialização com o número máximo de pessoas.

É necessário pensarmos em termos artísticos, por exemplo, deixar as apresentações em cartaz na AABB, o que significa, dar o devido valor à produção dos criadores, neste caso, educandos(as), também familiares que estão produzindo arte, representando uma maneira da comunidade compreender o que acontece no espaço, pois ao ter contato com a arte ela aprende, sente prazer e valoriza o espaço.

dança

teatro

coral

comunicar
e
interagir

interdisciplinaridade

ambiente
e qualidade
de vida

Torna-se importante propiciar a interdisciplinaridade entre as artes, uma área artística contribui em outra, por exemplo, num espetáculo teatral, temos o cenário, o figurino, a maquiagem, trilha sonora que também pode ser ao vivo, ou seja, todos podem trocar conhecimento e criar em ajuda mútua, inclusive a família e a comunidade.

Outra possibilidade muito providencial é o trabalho com materiais reciclados para o espetáculo e para a construção de instrumentos. A questão ambiental permeia todas as relações humanas. Fonterrada (2008) nos traz uma reflexão muito interessante sobre a ecologia acústica como área emergente, sendo importante à discussão sobre os efeitos dos sons ambientais na vida humana. Assim, nos alerta:

“É preciso, portanto, que se explicita a relação entre ambiente e qualidade de vida; a poluição sonora e os danos causados à saúde pela exposição a ambiente sonoramente poluído, a importância do resgate da qualidade auditiva, utilizando-se de exercícios específicos, a melhoria da percepção auditiva e propostas positivas de planejamento do ambiente sonoro e outros temas relacionados, para que a questão possa ser devidamente apreendida e valorizada.”³

Ao longo dessa experiência do Programa Integração AABB Comunidade, aceitamos o desafio de construir uma proposta que alie a teoria e a prática. Nossas ações valorizam o saber trazido pela história de vida e a coletividade, portanto, as questões a serem trabalhadas estão na cultura, no conhecimento que já traz e na ampliação do mesmo.

Portanto, precisamos de propostas que são fomentadas pelas vivências e percepção das necessidades para a melhoria das condições de vida. O registro das ações, a avaliação e as discussões são ações que contribuem para a construção de políticas públicas condizentes com uma visão de mundo que respeita o ser humano.

Retomando o Plano Nacional de Cultura, em seu conteúdo encontramos uma pesquisa feita pelo IBGE em 2006, a qual destaca que somente em 17% dos municípios brasileiros há o conselho municipal de cultura.

Precisamos nos informar sobre os serviços existentes no município, a política municipal de cultura e trazer em pauta essa discussão, fortalecer e incentivar a criação do conselho municipal de cultura quando inexistente. Estudar o PNC para fomentar a sua contribuição e a sua prática no município.

Como observamos, a partir de uma ação dialogada com o respeito à diversidade e os direitos humanos, podemos contribuir na formulação e efetivação de políticas públicas. Precisamos agir de maneira interligada com a ação prática no cotidiano educacional e na mobilização social para as ações se ampliarem, tornarem-se leis e beneficiarem a localidade, construindo uma melhoria na qualidade de vida nacional e mundial, já que o todo é feito pelas partes.

Precisamos promover a integração da escola, com reflexões sobre o universo artístico no espaço pedagógico, uma aliança na mobilização para o avanço na ampliação de visão e ações. Não esquecendo da comunidade, da família e de levar questões e propostas para o Conselho Deliberativo Participativo no empenho e envolvimento de todos em buscar e realizar ações.

A arte, além de ser um direito que precisa ser garantido, sensibiliza e fala por si mesma, indo além das intenções do artista. E ao ir além, a arte também mobiliza com a imaginação do que ainda não existe, mas tem a possibilidade de existir. A arte contribui para trazer as reflexões sobre as necessidades humanas e crença nas transformações. Portanto, para além da luta por sua existência e valorização, ela ajuda na construção e efetivação das políticas públicas em geral.

³Fonterrada, 2008, p. 268

E ainda, em relação à arte, precisamos de investimentos em capacitação profissional. O que não impede de irmos atrás das informações que precisamos, materiais, profissionais que podem nos auxiliar. Possibilitando a criação de uma rede de ajuda mútua, valorizando a arte como prática cultural e não como algo inacessível por não termos as condições adequadas.

Para encarar os desafios, é necessário ter consciência da nossa capacidade em contribuir para fortalecer os laços de identidade entre os brasileiros, como nos traz a reflexão sobre o Plano Nacional de Cultura (PNC) que, dentre os seus vários aspectos, nos deixa como desafio a aproximação entre educação e cultura.

Sobre o aspecto das políticas intersetoriais, o PNC traz como uns dos desafios prioritários para uma política cultural atrelada à de educação, a troca de informações e competências entre os dois campos, o aprimoramento do ensino das artes nas escolas e a transformação dessas instituições em centros de convivência e experiência cultural.

Concluindo, o espaço da AABB, com as práticas que já vem realizando e com o seu compromisso na melhoria de condições de vida da sociedade, torna-se um programa que se amplia na possibilidade de ser também um espaço artístico-cultural, que possibilite o envolvimento da escola, família e comunidade, possibilitando o acesso à ampliação de conhecimento em relação à cultura, ao contato com produções artísticas, e o fortalecimento da identidade local com suas tradições e inovações.

Bibliografia

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De Tramas e Fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.

Caderno do Programa de Educação Continuada à Distância - Módulo A: Relações Sócio-Político-Administrativas. Agosto/ 2001. José Carlos Picolo in Cidadania e Solidariedade: discutindo as Políticas Públicas para crianças e adolescentes.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (ARTE). Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, 1997.

PLANO NACIONAL DE CULTURA. Caderno Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura. Texto atualizado com a revisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). 2ª ed. Brasília, agosto de 2008. Publicação produzida por meio da parceria entre o Ministério da Cultura e a Comissão Permanente de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Site: www.cultura.gov.br/pnc

SOUZA, HERBERT/RODRIGUES, CARLA. Ética e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1994. Coleção Moderna.

Questões para reflexão em grupo:

1- A partir da reflexão trazida pelo artigo, quais passos já foram dados, na sua localidade, em relação à valorização da arte e a construção de um universo artístico?

2- Quais passos ainda precisam ser dados para a construção de um espaço artístico cultural?

3- Em seu município tem o Conselho Municipal de Cultura e como funciona?



**A Importância das Políticas Públicas como Garantia das Metas do Milênio:
um olhar socioeducativo**

*Silvestre Rodrigues da Silva*¹

A educação deveria incluir o ensino das incertezas que surgiram nas ciências físicas, microfísicas, termodinâmica, cosmológica, nas ciências da evolução biológica e nas ciências históricas.

Edgar Morin

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e a saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitem o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Artigo 7º ECA

Realizaremos, neste artigo, uma reflexão teórica presente na concepção da educação social, com o objetivo de entender e compreender importância das políticas públicas, como favorecedoras na aplicação das Metas do Milênio e na promoção dos Direitos Humanos. Recorreremos, assim, a uma metodologia de análise interdisciplinar do conhecimento, que fundamente os(as) educadores(as) do Programa Integração AABB Comunidade, no empoderamento desse instrumento de garantia de direitos e transformação social.

Desta forma, podemos afirmar: A vida é o nosso bem mais precioso. Quem viola os Direitos Humanos, viola também a dignidade humana. Porque sem a vida não existe mais nada, o mundo não tem sentido, nem significado. É o fim! Mesmo assim, podemos construir uma outra história humana possível, balizada num outro paradigma socioeconômico e ambiental, com novas formas de sociabilidade e possibilidades de um futuro esperançoso de amor e libertação para as presentes e futuras gerações.

Conforme afirma Ferrero & Hollanda (2004, p. 44):

"o modelo dominante de produção e consumo causou devastações ambientais, o esgotamento das reservas e uma extinção maciça das espécies. Comunidades inteiras são destruídas. Os benefícios do desenvolvimento não são distribuídos equitativamente e a disparidade entre ricos e pobres aumentou sensivelmente. Injustiças, pobreza, ignorância e conflitos violentos tornaram-se cada vez mais difundidos e frequentes, provocando grandes sofrimentos".

Diante da atual conjuntura, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou uma Assembléia Geral, em setembro de 2000, e assumiu algumas metas, denominadas Metas de Desenvolvimento do Milênio, com objetivo de prevenir e enfrentar as principais causas da desigualdade, exclusão e vulnerabilidade socioeconômica, ambiental e cultural.

Este texto tem como objetivo fazer uma reflexão crítica e propositiva referente à implantação das políticas públicas como objeto primordial na garantia das Metas do Milênio na esfera municipal, principalmente onde está em funcionamento o Programa Integração AABB Comunidade, contribuindo assim, de maneira socioeducativa, na ampliação da cidadania e na promoção dos Direitos Humanos fundamentais.

garantia de direitos

transformação social.

ricos e pobres

ONU

¹Sociólogo, e Especialista em Políticas de Gestão em Segurança Pública, formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP - Educador Social e Pesquisador da área de Educação Social e Segurança Pública no Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP - NTC - PUC/SP. E-mail: silvesilva@yahoo.com.br ou silverstalone@hotmail.com.

Fone (11) 9266-8611 ou (11) 3862-5891

As Metas objetivam fazer um enfrentamento para:

- a) Erradicar a pobreza e a fome;
- b) Alcançar a educação primária universal;
- c) Promover a igualdade dos gêneros e o empoderamento das mulheres;
- d) Reduzir a mortalidade infantil;
- e) Melhorar a saúde das gestantes;
- g) Assegurar a sustentabilidade ambiental;
- h) Criar uma parceria global para o desenvolvimento;

Portanto, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabeleceram indicadores sociais para medir os avanços no enfrentamento da erradicação da fome e da mortalidade infantil, além do esforço coletivo de garantir, até 2015, a redução significativa do número de pessoas que vivem na extrema pobreza, o fornecimento de água potável e educação para todos e o combate à propagação do vírus HIV/AIDS e de doenças como a malária, dengue, e outras doenças contagiosas. Ficou determinado o esforço coletivo para desenvolvimento socioeconômico, em todas as regiões do mundo, como forma de prevenção dessas problemáticas.

Nosso país tem o maior número de casos de malária das Américas, assegurando o terceiro lugar do mundo em incidência dessa doença. Os casos de AIDS, no entanto, diminuíram em quase todos os grupos. Porém, o grupo que teve aumento foi o de mulheres entre 13 e 19 anos, ou seja, principalmente num público feminino adolescente. Urge, portanto, a necessidade de campanhas preventivas e socioeducativas nas escolas e em todos os espaços frequentados por jovens.

É importante frisar que no Brasil há alimento suficiente para saciar a fome de toda sua população. Mesmo assim, aproximadamente 29% das pessoas que vivem no nosso país se encontram abaixo da linha da pobreza, apresentando várias deficiências alimentares. Tais números refletem nosso modelo de desenvolvimento socioeconômico, que sempre privilegiou os grupos sociais dominantes em detrimento da maioria dos segmentos sociais dominados.

Gadotti² diz que:

"(...) o processo de globalização está mudando a política, a economia, a cultura, a história e, portanto, a educação. É uma categoria que deve ser enfocada sob vários prismas. O global e o local se fundem numa nova realidade: o 'local'. Para pensar a educação do futuro, precisamos refletir sobre o processo de globalização da economia, da cultura e das comunicações".

Neste sentido, para que haja enfrentamento das problemáticas presentes nas Metas do Milênio, será preciso envolver toda sociedade civil no planejamento das políticas públicas, com objetivos bem definidos do poder público, no enfrentamento em cada comunidade. Dessa forma, é preciso modificar o atual paradigma de sociabilidade e construir um novo modelo, que promova o bem-estar e a felicidade dos sujeitos sociais vulnerabilizados, contemplados pelas políticas públicas colocadas em prática nos municípios.

De acordo com Morin³:

²2000, p. 36.

³2003, p. 17.

"a Ética não deve ser ensinada por meio de lições de moral. Deve formar-se nas mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie... Desse modo, todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana".

idades

Sabemos que, no Brasil, o governo federal não conseguirá promover o desenvolvimento sustentável e atingir seus objetivos sem a interface e parceria dos outros entes da esfera federal: estados e municípios. Por isso, os municípios têm uma importância primordial na efetivação das políticas públicas, porque são neles que as pessoas vivem. É nas cidades que precisamos de saúde, educação, segurança, habitação, esporte, cultura e lazer, saneamento básico, e um meio ambiente limpo e equilibrado. Enfim, é nas cidades que as pessoas vivem, comem, dormem, trabalham, brincam, namoram, fazem amor. Portanto, faz-se necessária a interlocução das esferas de governo para promover a melhoria da qualidade de vida dos diferentes segmentos sociais que habitam nas cidades.

Brasil

Neste contexto, o Brasil é o sétimo país do mundo em número de pessoas analfabetas, apresentando um total de 18 milhões de pessoas que nunca frequentaram uma escola⁴, não sabem o que é uma sala de aula, tiveram esse direito negado pelos donos do poder desse país. Paulo Freire afirmava que ninguém é analfabeto por opção. Ninguém escolheu a tristeza!

Gohn⁵ afirma:

"(...) à escola - assim como à cidade - é atribuído o espaço para o exercício da democracia, de conquista de direitos, da mesma forma que a fábrica foi espaço de luta e conquista dos direitos sociais dos trabalhadores".

sem teto,
sem terra,
sem nada

Neste sentido, os dados revelam que o Brasil avançou em algumas políticas públicas e no atendimento dos diversos segmentos sociais, como propõem as Metas do Milênio. No entanto, a desigualdade social ainda está profundamente presente na grande parcela da população que se encontra na zona urbana ou rural, sem teto, sem terra, sem nada. Contribuindo, assim, com o rompimento do tecido social com reações violentas e violadoras de direitos. As crianças, os adolescentes e jovens são as principais vítimas desse sistema omissivo e perverso de sociabilidade.

Para Benevides⁶

"(...) dignidade é aquele valor - sem preço! Que está encarnado em todo ser humano. Direito que lhe confere o direito ao respeito e à segurança - contra a

meio
ambiente

⁴Esses dados estão presentes no texto Os 8 Objetivos do Milênio que consta como referencial de apoio na Apostila do V Encontro de Educadores do Programa Integração AABB Comunidade de 2006, e no documento organizado pela Organização das Nações Unidas em 2000, que estabelece como meta acabar com o analfabetismo nos países em desenvolvimento. Em 2008, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - (Pnad), em 2008 houve redução do número de analfabetos no Brasil, contabilizando ainda existência de 14,9 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade analfabetas, mas o número é 4,2% menor do que em 2005. (IBGE: analfabetismo registra queda de 4,2%, 14/09 - Agência Estado).

⁵2001, p. 13.

⁶2005, p. 12.

opressão, o medo e a necessidade - com todas as exigências que, na atual etapa da humanidade, são cruciais para constante humanização".

Porém, o Brasil oferece às metas estabelecidas avanços no acesso universal ao ensino fundamental, ou seja, a inclusão de crianças que estavam fora da escola; o acesso à educação universalizada é notório entre as mulheres, houve um aumento significativo do tempo na escola superando a dos homens; a mortalidade infantil reduziu, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. No entanto, sabemos que precisam melhorar muito, pois o índice de mortes de recém-nascidos entre um e cinco anos ainda é elevado, se comparado com os números de países desenvolvidos.

Em relação ao meio ambiente, é preocupante o Brasil ter aproximadamente 12% de toda água doce do planeta, mas 22 milhões de pessoas do país não terem acesso à água de qualidade. A água é um recurso natural renovável. Os rios, lagos e lençóis subterrâneos são capazes de repor seus suprimentos, desde que a humanidade não os esvazie rápido demais ou os contamine. Atividades socioeducativas são instrumento importante na conscientização e envolvimento da comunidade no cuidado com o seu território geopolítico.

Dessa forma, consideramos que os municípios podem contribuir de maneira significativa com a efetivação das metas do milênio. Muitos dos municípios brasileiros precisam melhorar nos indicadores sociais referentes às Metas do Milênio. É neles que se precisa mais das ações de enfrentamento das problemáticas colocadas pelas Metas, como a fome, o saneamento básico, a mortalidade infantil, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

A título de curiosidade, lembrei dos anos 80. Quando eu vivia em Limoeiro, minha cidade natal, no Agreste pernambucano, era muito comum ouvir os comentários dos adultos a respeito da morte de mulheres na hora do parto. Infelizmente, quando não morriam as mães, morriam os recém-nascidos. Muitas pessoas não sabiam ler, nem escrever. Outros se encontravam assolados por doenças fáceis de ser erradicadas e controladas, como: rubéola, sarampo, catapora, dengue, malária, febre amarela, caxumba. Essas doenças atacavam principalmente as crianças de famílias que se encontravam excluídas. Situação vergonhosa, digo, omissa e indigna, por parte dos Donos do Poder que governavam o município e não promoviam ações de enfrentamento dessas doenças. Não se desenvolvia um trabalho socioeducativo, na prevenção e enfrentamento dessas doenças. Situação que vem mudando numa velocidade muito lenta no país. Por isso, legitima-se a necessidade de implantação das políticas públicas nos municípios brasileiros, principalmente nas áreas de saneamento básico, saúde, educação, habitação de caráter preventivo e comunitário na efetivação da Metas.

Como afirma Benevides⁷ ao dizer:

"(...) a naturalização das desigualdades' da servidão - interna e externa -, herança maldita da escravidão explica a cruel persistência de nossas práticas violentas e excludentes contra os de baixo".

Consideramos inconcebíveis as políticas oferecidas na época, geralmente de caráter paternalista, assistencialista, e benevolentes principalmente na época das eleições. Cultura política que continua muito presente ainda nos dias atuais, nos diferentes rincões do Brasil. O famoso jeitinho brasileiro fere os princípios do Estado Democrático de Direito e favorece principalmente as oligarquias locais, que exercem o poder de maneira despótica frente aos segmentos sociais mais fragilizados dos municípios. Principalmente os negros, as mulheres, os analfabetos, as crianças e os adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. É preciso mudar essa cultura política insta-

⁷2005, p. 13.

lada nos municípios, porque ela termina afetando o desenvolvimento do próprio Programa, que fica na dependência da boa vontade dos políticos de plantão.

Desta maneira, o Programa Integração AABB Comunidade, como ator positivo nos municípios onde está presente, contribui como protagonista na divulgação de ações estratégicas e comunicativas, na organização junto aos diversos segmentos sociais, referente aos objetivos propostos nas Metas do Milênio. Realizar levantamentos das ações que o município desenvolve e quais políticas públicas, programas e projetos sociais têm como foco principal o atendimento ao público e mensurar os avanços, os resultados da transformação na vida das pessoas.

Para tanto, é preciso questionar aos(as) educadores(as) do Programa quais as políticas e ações focadas no município na efetivação das Metas. O Programa Integração AABB Comunidade desenvolve ou desenvolveu atividades socioeducativas voltadas para o conhecimento e divulgação das Metas do Milênio na comunidade? Existe alguma ação do poder público municipal que contemple as Metas do Milênio? Existe alguma pessoa na cidade que conheça e possa fazer uma palestra ou um grupo de estudo - GT com toda equipe educadores(as), educandos(as) e todos que compõe o Programa na cidade? É primordial saber que as Metas do Milênio precisam ser implantadas até 2015. O Brasil assinou e ratificou como signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e da Declaração dos Direitos da Criança de 1958, além de todas as conferências da ONU na garantia e promoção dos Direitos Humanos das mulheres, indígenas, idosos, gênero, crianças e adolescentes, e os negros.

Silveira & Godinho afirmam que⁸:

"(...) é necessário ampliar os referenciais para uma nova pedagogia e um novo projeto-pedagógico das escolas, que interfaceie as diversidades de classe, raça/etnia e gênero, modificando o conteúdo valorativo que permeia as interlocuções multifacetadas entre os sujeitos do cotidiano escolar".

Neste cenário, o Programa Integração AABB Comunidade exerce um papel político-pedagógico protagonista desse processo. Ele está presente no envolvimento entre família, escola e comunidade, com ações e atividades de divulgação e conhecimento das políticas públicas nos municípios, contribuindo com o empoderamento das pessoas da comunidade com o saber e o conhecimento dos Direitos Humanos, no fortalecimento da democracia.

Para fazer uma crítica à crise socioeconômica e de paradigma que se instalou nesse modelo de produção, recorreremos a esta reflexão do pensamento materialista e dialético. Mazzeo⁹, buscando explicar a sociologia política no pensamento de Marx, nos ajuda a entender um pouco este momento da crise econômica na história, ao afirmar que:

"(...) a etapa atual do modelo de produção capitalista aponta-nos problemas de grande significado, seja por sua complexa crise, seja pelas inovações que ocorrem em sua estrutura fundamental, à medida que surgem novas contradições, qualitativamente mais agudas, entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, como produto efetivo da chamada revolução científico-técnica".

⁸2004, p.4.

⁹1995, p. 54.

Metas do
Milênio

família,
escola e
comunidade

planejamento
participativo

Dessa forma, o planejamento político-pedagógico do Programa deve ser participativo e focado na temática de estudo e no conhecimento do tema trabalhado, através de atividades lúdicas e socioeducativas, utilizando várias linguagens, como o teatro, a música, cartazes, jograis, poesias, estudos dirigidos, debates, oficinas, palestras, vídeos, debates e reflexões, de maneira programada, na divulgação interna e externa dos objetivos presentes nas Metas do Milênio. Esse processo contribui de maneira preventiva e socioeducativa no enfrentamento das mazelas presentes nas diferentes comunidades do Brasil.

Para Freire¹⁰:

"(...) aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social, como dela fazem parte a criação, a invenção, a linguagem, o amor, o ódio, o espanto, o medo, o desejo, a atração pelo risco, a fé, a dúvida, a curiosidade, a arte, a magia, a ciência, a tecnologia".

Para divulgação externa, pode ser através de apresentações realizadas pelos educandos, utilizando vários instrumentos de comunicação e a rede de informação da cidade, como: revistas, jornais locais, rádios locais, TV local, faixas em pontos estratégicos da cidade, divulgação dos indicadores sociais das pessoas atendidas pelas políticas implantadas nos municípios. Eventos como: palestras, conferências, seminários, congressos, encontros, periódicos que são divulgados mensalmente pela prefeitura. Portanto, existem diversas formas de fazer a disseminação das informações sobre as Metas do Milênio. Dessa forma, a solidariedade das pessoas, em conjunto com gestão pública, se tornarão sabedores dos direitos e deveres consolidados como cidadania.

Conforme Gohn¹¹:

"(...) a educação é conclamada também para superar a miséria do povo promovendo o acesso dos excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária, justamente com a criação de novas formas de distribuição da renda e da justiça social. Neste cenário, observa-se uma ampliação do conceito de Educação, que não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo".

A autora faz uma reflexão que vem de encontro com os objetivos do Programa, no que se refere ao projeto político pedagógico de fortalecer o relacionamento entre escola, família e comunidade. Promove assim, um processo democrático e participativo integrado, no fortalecimento da comunidade, no exercício da cidadania.

É importante ressaltar que um dos princípios democráticos do Programa Integração AABB Comunidade é a democracia participativa. Ela é diferente dos princípios da democracia representativa, em vigor no Brasil, que separa os governantes dos governados, ou seja, o povo não participa da política nem se apodera das decisões importantes da coisa pública. Existe uma lacuna entre os representantes e representados. O povo esquece em quem votou, logo após as eleições.

Muito diferente da democracia representativa, porque as políticas têm que ser gestadas e planejadas entre governo e sociedade civil organizada. Os dois segmentos têm que definir e deliberar nos conselhos municipais, estaduais e no âmbito Federal, através de seus representantes, onde vão ser definidas as políticas públicas e principalmente como vai ser investido o recurso público. Para isso, tem de haver planejamento, monitoramento e avaliação de onde estão sendo feitos os investimentos e das pessoas atingidas. Estado e sociedade civil têm o papel de fiscalizar as políticas, para que não haja desvio ou improbidade administrativa com os recursos públicos. O controle social

¹⁰2001, p. 19.

¹¹2001, p. 7.

é desenvolvido num processo de empoderamento da sociedade civil, de maneira horizontalizada e verticalizada, como é no modelo democrático representativo.

Entendemos a democracia participativa como a cidadania ampliada dos diversos segmentos da sociedade, que nada mais é do que se reconhecer como parte, ter parte e fazer parte da coisa pública e das decisões importante da vida política no âmbito micro e macro, como define Bourdenave (1988). Assim, implantar as Metas do Milênio nos municípios favorecerá um processo de participação social fortalecedor dos espaços na ampliação da cidadania ativa.

As idéias aqui apresentadas aos(as) companheiros(as) educadores(as) são apenas reflexões incisivas sobre alguns aspectos que acredito serem importantes para o conhecimento de todos os segmentos sociais que compõem o Programa Integração AABB Comunidade, um papel socioeducativo protagonista embasado numa concepção de educação interdisciplinar e transformadora, na implantação das políticas públicas nos municípios onde ele está em funcionamento. Consideramos que a conjuntura propicia os avanços das Metas do Milênio no Brasil, possibilitando assim a melhoria na inclusão social de vários segmentos que estão excluídos das maravilhas que a sociedade "moderna" criou. Há um esperar que "Os 8 Jeitos de Mudar Mundo" se transformem num outro mundo possível.

Bibliografia

BENEVIDES, Maria V. Direitos Humanos e Educação. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

BOURDENAIVE, Ruan D. O que é Participação? São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DE REZENDE, Maria J. As desigualdades no Brasil: uma forma de violência insuperável? As reflexões de Manoel Bomfim, Euclides da Cunha, Fernando de Azevedo e Josué de Castro. São Paulo: Cortez Editora, 2005. In Educação e Direitos Humanos. São Paulo, 2005.

DA SILVEIRA, Maria S. & GODINHO, Tatau. Educação para Igualdade: gênero e educação escolar. PMSP: Coordenadoria especial da Mulher, 2004.

FERRERO, Elisabeth M. e HOLLAND, Joe. Carta da Terra: reflexão pela ação. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez Editora - questões de Nossa Época, 2001.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis Ltda, 2000.

GOHN, Maria G. Educação Não-Formal: cultura política. São Paulo: Cortez Editora - questões de Nossa Época, 2001.

MAZZEO, Carlos M. Sociologia Política Marxista. São Paulo: Cortez Editora - Questões de Nossa Época, 1995.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Coordenadoria Especial da Mulher - Educar para Igualdade: Gênero e Educação Escolar, 2004.

Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Sítios pesquisados:

www.pnud.org.br

www.nospodemos.org.br/objetivos

www.undp.org.br

www.ipea.gov.br

www.consciencia.net/brasil/metadomilenio.html

Questões para reflexão em grupo:

1-Quais atividades o Programa Integração AABB Comunidade realizou ou pretende realizar referente às Metas do Milênio? Descreva como foi, ou como vai desenvolver a partir deste.

2-Diante do debate realizado logo após a leitura desse texto. Respondam quais são as políticas públicas que o seu município implantou no enfrentamento das problemáticas apontadas nas Metas do Milênio. Se for possível coloque dados do público atendido, quem são as pessoas? Ex. negros, pardos, mulheres, gênero, enfim quem são?



Crise Econômica Global, Juventude e Mundo do Trabalho

Marcos Eduardo Ferreira Marinho¹

Crise Global da Economia e Desemprego

"A economia que ignora as considerações morais e sentimentais é como figuras de cera, que podem ser parecidas com a vida, mas carecem de vida genuína da carne viva. Em todos os momentos cruciais, essas novas leis econômicas fracassaram na prática. E as nações ou indivíduos que as aceitam como máximas de orientação devem perecer".

Gandhi

Vivemos um momento bastante complexo devido à conjuntura internacional da economia, cujas consequências já começamos a perceber ao nosso redor e que impactará na realidade econômica de muitas regiões, das nossas cidades e no ambiente familiar nosso e de nossos educandos nos próximos anos.

O fato de a economia mundial nos últimos anos estar bastante interligada, portanto globalizada, fez com que esta crise, cujo epicentro se deu na maior economia do planeta, os Estados Unidos da América do Norte, tivessem consequências com alcance também global e numa velocidade jamais vista.

Acrescentemos duas décadas de pregação neoliberal, que dia a dia nos dizia que o Estado não deveria intervir na economia e muito menos regular o mercado, ou de que ele, o "deus-mercado", por si só, seria capaz de equilibrar o sistema capitalista, levou-nos a esta crise de proporções bíblicas.

Olhemos alguns dados e números sobre o tamanho do problema, para termos uma dimensão do que anos de especulação financeira e ajustes neoliberais ocasionaram à economia mundial e ao universo de trabalhadores e trabalhadoras. Iniciamos com o relatório de 2008 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Segundo o Relatório da Organização Internacional do Trabalho, Sobre As Tendências Mundiais de Emprego para 2009 o número de desempregados, o número de trabalhadores pobres e de empregos vulneráveis aumentará consideravelmente devido à crise econômica mundial. Se ao longo dos próximos meses as ações dos governos para estancar a crise não surtirem o efeito esperado e a situação continuar se deteriorando, teremos cerca de 200 milhões de pessoas, inclusive nas economias em desenvolvimento, podendo passar a integrar as filas da pobreza extrema, ou 50 milhões de trabalhadores e trabalhadoras atirados ao desemprego, num verdadeiro cenário de devastação social e econômica.

Este artigo tem como objetivo refletir o Mundo do Trabalho a partir da ótica do jovem, e como questão, as estratégias possíveis de sua inserção profissional, aliada às ações das políticas públicas na área. Também visa trazer dados atualizados sobre os impactos da crise global da economia na realidade brasileira e entre os segmentos jovens.

Crise
Global

Relatório
da
OIT

¹ Psicólogo e Educador Social pelo Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP, Mestrando em Psicologia da Educação pela PUC/SP, foi Gerente e Gestor de Projetos em Educação para o Trabalho e Empreendedorismo, assessora o Programa Integração AABB Comunidade no Projeto Piloto: Educação para o Mundo do Trabalho.

Todos os dias, corporações e empresas multinacionais anunciam demissões em massa em suas filiais ao redor do mundo, os anúncios sempre superam os milhares. No Brasil, anúncios de demissões, férias coletivas e queda abrupta da produção industrial indicam que o que chegou aqui foi uma onda mesmo, e os governos rapidamente já entenderam a gravidade, embora os discursos não demonstrem.

A mensagem vinda dos centros de estudos e relatórios internacionais é bastante clara, nós já enfrentamos uma crise de emprego de escala mundial, e é necessário empreender ações mais enérgicas e coordenadas para evitar o aprofundamento desta crise e a necessidade da adoção de medidas para apoiar os grupos mais vulneráveis do mercado de trabalho, como os jovens e as mulheres.

Ricardo Antunes, professor titular de sociologia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e autor de "Adeus ao Trabalho" pela editora Cortez, em artigo recente ao caderno MAIS do Jornal Folha de São Paulo, faz uma análise bastante pessimista, e situa que no momento o verdadeiro trabalho está sendo o de Luto e afirma:

"Nos países que vivenciaram traços do Estado de Bem Estar Social, especialmente na Europa social democrata, o dilema se colocou (ainda que sem tocar na raiz do problema) entre trabalhar menos e viver as benesses do ócio, curtindo o "tempo livre" (vale indagação: será mesmo tempo livre sem aspas?).

Trabalhar menos, para todos viverem uma vida melhor, tornou-se consigna forte.

Mas na América Latina (e o mesmo vale para a Ásia e África) a dilemática tem uma profundidade ainda maior.

Neste verdadeiro continente do labor, o pêndulo é ainda mais ingrato em seus dois polos opostos: ele oscila entre trabalhar ou não trabalhar; entre encontrar labor ou soçobrar no desemprego. Mais precisamente, entre sobreviver ou experimentar a barbárie, pois o Estado de Bem Estar Social, sempre andou muito longe daqui." (Antunes, Ricardo. Trabalho de Luto, Caderno Mais do Jornal Folha de S.Paulo, p.6,01/02/2009).

No mês de Janeiro (2009) tivemos em meio à crise os dois Fóruns Mundiais, O Fórum Econômico Mundial (Davos / Suíça) e o Fórum Social Mundial, em Belém, no Estado do Pará.

No primeiro, os líderes empresariais e de governos dos países ricos assumiram a incapacidade de prever crises e não houve manifestação pública de mea-culpa sobre a atual crise global, somente perplexidades.

Por outro lado, na quente e úmida cidade de Belém do Pará, no meio da região amazônica, os debates traziam a confirmação dos diagnósticos de anos anteriores sobre os riscos que corria o mundo estando submetido à lógica do capital financeiro; uma apreensão sobre os impactos da crise nos países mais pobres e em meio à diversidade de movimentos e bandeiras, a percepção de que outro mundo é possível e talvez urgentemente necessário.

Se no cenário pré crise andávamos a passos largos para uma catástrofe ambiental, devido a uma sociedade baseada na produção e consumo de bens supérfluos, neste momento, quando se reduz drasticamente o número de empregos, os riscos situam-se no aumento da miséria, da barbárie e da violência. Portanto a necessidade urgente de elaboração de um novo projeto societário, um novo paradigma, sustentável ecologicamente e socialmente, humano e fraterno.

A Situação do Emprego no Brasil

Ai daqueles que enxergam

Serão culpados, por terem visto tão pouco".

Platão

O cenário anterior de expansão do emprego, inclusive de carteira assinada (regime CLT) que vínhamos observando nos últimos anos passa a ser novamente de queda, em alguns setores de forma abrupta e brusca. O segmento jovem, que já não era muito beneficiado pela maré alta do emprego nos últimos anos, agora junto com os segmentos das mulheres, é um dos primeiros a ser atingido pela crise.

os jovens e o
desemprego

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), a partir de estudos preliminares de agosto de 2007, concluiu que, na década atual, a taxa de desemprego aberto da população adulta diminuiu levemente (6,1%, em 2005), mas o desemprego dos jovens aumentou (19,1%, em 2005), impedindo uma queda da taxa geral de desemprego. Ou seja, mesmo no período pré-crise, de crescimento econômico inédito experimentado pelo país nos últimos anos, os jovens continuaram sendo os mais atingidos pelo desemprego.

Para termos idéia da rápida deterioração do cenário econômico e da preocupação dos governos com os impactos da crise junto aos jovens, o governo federal já nas primeiras semanas de 2009 aprovou o projeto que estabelece a ampliação da oferta de merenda escolar inclusive para alunos do ensino médio, com receio de apresentarmos um cenário de carência alimentar junto aos adolescentes. Além de ampliar o programa federal Bolsa Família (passando do teto de R\$120,00 para R\$132,00 como critério para recebimento do benefício), incluindo com essa decisão, mais de 1,3 milhões de famílias brasileiras.

Bolsa Família

Esta ação justifica-se, e é importante frisar que uma política ampla de benefício ao jovem inclui ações de impacto junto às suas famílias, é fato que famílias vulneráveis economicamente pressionam seus jovens a uma entrada precoce e precária no mundo do trabalho, quando não ao trabalho infantil.

mercado de
trabalho

Juventude, Mundo do Trabalho e as Políticas Públicas.

Busca-se diante desse desafio formular ações que visem garantir ao jovem a aquisição de níveis crescentes de autonomia, de definição dos próprios rumos, de exercício de seus direitos e de sua liberdade bem como a constituição de uma rede de apoio social com vistas ao seu fortalecimento num momento crucial de sua vida, a inserção no mercado de trabalho.

Ao longo das últimas décadas constituiu-se uma percepção de que eram necessárias políticas públicas específicas para a juventude, para além da mera qualificação profissional. Mas é nesta década que se consolidam políticas intersetoriais e que levem em conta as peculiaridades geográficas e regionais, bem como de faixas etárias.

Para nosso maior conhecimento, o governo federal estabeleceu o decreto de Número 6.629 em 4 de Novembro de 2008, regulamentando o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, conhecido como Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei no 11.692, de 10 de junho de 2008.

Projovem

Em seu Art. 1º, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem definiu as seguintes modalidades do Programa:

I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo;

II - Projovem Urbano;

III - Projovem Campo - Saberes da Terra; e

IV - Projovem Trabalhador.

O Projovem tem por finalidade executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros reintegração ao processo educacional, qualificação profissional em nível de formação inicial e desenvolvimento humano.

O Projovem objetiva complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária; criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional e elevar a escolaridade dos jovens do campo e da cidade, visando à conclusão do ensino fundamental, integrado à qualificação social e profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias e por fim prepará-lo para o mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas geradoras de renda. Trabalha com uma definição de jovem que contempla a faixa etária de quinze a vinte e nove anos de idade.

Outra perspectiva e caminho na luta por uma inserção cidadã dos jovens é a Lei do Aprendiz n. 10.097, de 2000, regulamentada por decreto em 2005, que determina que as empresas que possuem 100 ou mais funcionários abram entre 5% e 15% de vagas de trabalho para aprendizes.

Pela lei, as empresas contam com vantagens fiscais nesse tipo de contratação, como a diminuição do percentual recolhido para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de 8,5% para 2,5%.

Mesmo para as que não estão obrigadas, como as optantes pelo regime tributário simples, as vantagens são interessantes, pois há redução de 8,0% para 2,0% no FGTS.

Em troca do benefício, o governo exige uma contrapartida: que as empresas ofereçam cursos teóricos a esses jovens, focados nas atividades exercidas por ele.

Vale ressaltar que as micro e pequenas empresas também podem contratar aprendizes e gozar dos benefícios fiscais previstos em lei neste tipo de contratação, embora sua adesão seja facultativa. As multas variam de R\$ 402,53 a R\$ 4.025,30.

O Papel da Família e a Luta Pela Erradicação do Trabalho Infantil - Compromissos.

Se, por um lado, urge estabelecer ações enérgicas para criação de empregos e facilitar o acesso dos jovens ao mercado de trabalho, por outro lado, a situação econômica com o aumento do desemprego podem levar as famílias em condição vulnerável a empurrar crianças para o trabalho precário, informal e degradante, como dito anteriormente, tornando a situação duplamente dramática.

Como podemos perceber, todas as políticas orientadas aos jovens contam com a participação da família, independente do tipo de arranjo familiar existente.

O desafio da inserção autônoma do jovem no mundo do trabalho tem como contrapartida o enfrentamento sério e sem concessões pela erradicação do trabalho infantil, é sem dúvida nenhuma a outra face que deve compor as ações orientadas para o mundo do trabalho.

Desta forma, o diálogo em nível local com Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é aconselhável e necessário. O PETI tem como objetivo contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no País, atendendo famílias cujas crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos se encontrem em situação de trabalho.

Só pra entendermos, o PETI se constitui basicamente de duas ações articuladas, o Serviço Socioeducativo garantido às crianças e adolescentes afastadas do trabalho precoce e a Transferência de Renda para suas famílias. A importância da família é reconhecida nesta política, é o foco através de ações socioassistenciais, potencializando sua função protetiva e vínculos familiares e comunitários.

Para que avancemos na erradicação do trabalho infantil em nossa localidade, é necessário construirmos um diálogo do Programa Integração AABB Comunidade com as equipes técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Tutelar da cidade, a equipe da Superintendência Regional do Trabalho, o Ministério Público, as Escolas e outros parceiros locais.

O que o Programa vem Fazendo

Atento aos desdobramentos da condição do adolescente e do jovem que participa do Programa Integração AABB Comunidade, muitos coordenadores e educadores que atuam em Programas e que têm um número significativo de adolescentes na faixa dos 14 aos 17 anos, vinham solicitando aos instituidores alguma iniciativa orientada para a inserção destes jovens no mundo do trabalho.

E foi nesta direção que os instituidores, apoiados pelo Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP e por coordenadores que já desenvolviam ações com jovens para o mundo do trabalho, que foi estruturado para 2009 um projeto piloto preconizando:

- Promover a formação e a intervenção no âmbito do Programa Integração AABB Comunidade para favorecer a integração social, a qualidade de vida e a iniciação dos adolescentes no mundo do trabalho.

- Capacitar educadores sociais em relação à vida dos jovens, instrumentalizando-os para o processo educativo com os mesmos e suas famílias.

- Diagnosticar a realidade geopolítica, econômica e social, relacionada ao mundo do trabalho na região.

- Conscientizar e Mobilizar todos os segmentos sociais para ações objetivas de promoção da inserção dos adolescentes no mundo do trabalho.

- Estimular o desenvolvimento de ações que possibilitem aos adolescentes construir escolhas autônomas em relação ao mundo do trabalho.

Como se vê, o Programa Integração AABB Comunidade se alinha às premissas preconizadas nas principais políticas da juventude e diante de sua especificidade e peculiaridade dá passos firmes na questão da inserção do adolescente e do jovem através de uma educação para o mundo do trabalho.

O que o Programa Pode Fazer

Princípios Norteadores

O desenvolvimento do capitalismo integra na sua dinâmica todos os setores da sociedade, impondo a tendência à racionalização de forma ampliada, e é por isso que, no âmbito das instituições e programas educacionais, o termo formação está condicionado potencialmente ao exercício de uma atividade prática e produtiva.

Mundo do trabalho

Promover

Capacitar

Diagnosticar

Conscientizar

Estimular

Formação e qualificação

Ações de formação

No entanto, nos últimos anos houve uma separação entre o termo formação e o termo qualificação, o primeiro tendo adquirido um caráter de formação ampla e geral dos indivíduos e a qualificação tendo assumido o sentido de aquisição de competências e habilidades técnicas. Muitos autores entendem que essa abordagem não foi ultrapassada pelo contexto da acumulação flexível, mas assumiu uma nova forma, através do conceito de competência e empregabilidade.

Ricardo Antunes defende como alternativas, diante das atuais condições do mundo do trabalho, alterar a lógica da produção societal; a produção deve ser prioritariamente voltada para produzir valores de uso e não valores de troca. Segundo: a produção de coisas socialmente úteis deve ter como critério o tempo disponível e não o tempo excedente que preside a sociedade contemporânea. O tempo livre atualmente é tempo para consumir mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais.

Ações de formação podem contribuir para estabelecer novos valores e uma nova forma de encarar o trabalho, de forma crítica, compreendendo sua lógica e podendo, através de estratégias coletivas, pressionarem por ações e políticas de emprego e renda orientados para a população jovem, na busca de uma sociedade generosa para aqueles que estejam adentrando ao mercado de trabalho e possam, de forma digna, prover seu sustento.

Para os educadores, elaborar estratégias pedagógicas cujo objetivo se fia na formação do jovem como cidadão, com ferramentais passíveis de torná-lo protagonista em seu meio social mais imediato, participe das ações de caráter público de sua região, e capaz de somar esforços na defesa dos direitos civis, políticos e sociais e no exercício da solidariedade em sua comunidade, constitui-se em desafio e tarefa bastante abrangente.

De outro lado, atuarmos para que se estabeleça as condições para que o jovem caminhe e se torne trabalhador, qualificado social e profissionalmente para a inserção ativa e cidadã no mundo social e do trabalho compõe um outro eixo possível de nosso trabalho.

E, finalmente, partirmos do princípio de que a dimensão trabalho, por estar relacionada à sobrevivência das pessoas e à conquista de sua dignidade, e a sua evolução pessoal, é um direito social a ser promovido pelo Estado Democrático de Direito, a todos.

Considerações Finais e Conclusão

"A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás; mas só pode ser vivida olhando-se para frente". (*Soren Kierkegaard*)

Os desafios para os jovens que iniciam sua preparação para o mundo do trabalho apresentam-se de forma multifacetada e abrangente, não há atalhos individuais, as ações devem ser de forma coletiva, envolvendo o estado e os governos, aliados às iniciativas de projetos e programas (como por exemplo, o Programa Integração AABB Comunidade). Também deve envolver a ação de políticas públicas que impulsionem o mercado de trabalho, a geração de renda, o estímulo ao cooperativismo, associativismo e à economia solidária.

Cabe a nós, educadores, a tarefa essencial e estratégica de desenvolver uma formação integral e não somente a qualificação através da aquisição de competências específicas.

Dar suporte e atendimento às famílias orientando-as para que não permitam a inserção do jovem de forma precoce e precarizada, em trabalhos aviltantes ou indecentes para complementar a renda familiar, acessando os programas sociais, e a luta incessante e incansável pela erradicação do trabalho infantil, são as tarefas colocadas para a sociedade na perspectiva do trabalho decente e para o Programa Integração AABB Comunidade, que vem sendo provocado a dar respostas também na questão do mundo do trabalho.

Bibliografia

ALANIS, Érika Porceli. Qualificação profissional: um estudo das práticas educacionais em uma empresa de autogestão. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ANTUNES, Ricardo (Organizador). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Bontempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BARBOSA, Livia, Cultura e empresas. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2002.

BAUMAN, Zygmunt. MEDEIROS, Carlos A. (trad.). Vida para o Consumo: A transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOCK, Ana Bahia (et all). Psicologias: Uma introdução ao estudo da Psicologia. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

BOCK, Silvio Duarte. Escolha Profissional: vocação ou sobrevivência? In: Revista Transformação (informação da secretaria de Mão de Obra do Ministério do Trabalho). Brasília: ano IV, n. 11, setembro de 1989.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). A Família Contemporânea em debate. São Paulo: EDUC, 1995.

DE MASI, Domenico. MANZI, Lea (trad.) O ócio criativo : Entrevista a Maria Serena Palieri. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

FERRETI, Celso João. Uma nova proposta de Orientação Profissional. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988.

JOANNES PAULLUS PP. II, (Papa João Paulo II). Laboren Exercens. Carta encíclica: Sobre o Trabalho Humano. São Paulo: Ed. Loyola, 1981.

MOURA, Paulo C. A Crise do emprego: Uma visão para além da economia. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PIMENTA, Selma Garrido. Orientação Vocacional e decisão: estudo crítico da situação no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

RIFKIN, J. O Fim dos Empregos. Makron Books, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma Ciência Pós Moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SINGER, Paul. Globalização e Desemprego. Editora Contexto, 1998.

Sítios pesquisados:

<http://www.crp06.org.br/>

<http://www.mte.gov.br/>

<http://www.oit.org.br/>

<http://www.ciee.org.br/>

<http://www.pol.org.br/>

<https://www.planalto.gov.br/>

<http://www.mds.gov.br/>

<http://www.projovemurbano.gov.br/>

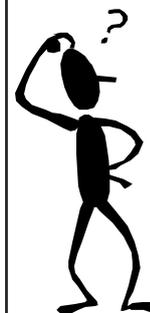
Questões para reflexão em grupo:

1-É possível identificar sinais de aumento de desemprego no seu município e/ou região nos últimos meses?

- Se sim, em que área de atividade?

2-As famílias dos educandos estão contempladas com alguns dos Programas do Governo Federal (ex: PETI / Bolsa família etc.)?

3-Que tipos de ações podem ser feitas, envolvendo a escola, a família e o poder público, para facilitar a inserção do jovem no mundo do trabalho?



O exercício da democracia participativa como elemento essencial para a universalidade do acesso e da qualidade das políticas públicas

Márcia Guerra ¹

Para analisarmos sobre a importância da universalidade do acesso às políticas públicas, como sendo dever do Estado e direito de cidadania, carece problematizarmos o porquê do distanciamento entre o princípio de democracia representativa e o princípio de democracia participativa, pois esses dois instrumentos são intrínsecos para a efetivação, e até mesmo para a ampliação dos direitos de cidadania.

Outro fator imprescindível neste debate sobre a veemência da universalização das políticas públicas refere-se à análise de poder, na relação dos distintos interesses de grupos da sociedade civil, pois de maneira geral existe um mal entendido, propositalmente, de que a sociedade civil é composta apenas por movimentos sociais ou entidades classistas e, mais recentemente, pelas organizações não governamentais (ligados à classe trabalhadora).

Porém, temos que desmistificar esse conceito reduzido de sociedade civil, pois nela se encontram ou desencontram todos os segmentos ou grupos sociais, sem exceção, de pobres a milionários, de movimentos sociais das mais diversas bandeiras de lutas a empresas dos mais diferentes ramos de negócios econômicos.

Esse é o cenário do que é sociedade civil, instituído numa correlação de forças, ou pelo menos deveria ser, mas o pensamento alienador historicamente tem demonstrado a sua constância e eficácia ao velar como é determinado o poder do Estado, muitas vezes somos levados a acreditar de que é o Estado quem manda nas relações da sociedade civil, assim o Estado nos aparece como entidade abstrata. Talvez o inesquecível Karl Marx tenha razão em disseminar um outro tipo de pensamento, quando afirmou de que a aparência é diferente da essência.

Portanto, as aparências de que a sociedade civil é restringida apenas aos movimentos sociais, entidades classistas e organizações não governamentais (ligados à classe trabalhadora) nos alienam, ao ponto de não percebermos que a essência é justamente analisarmos criticamente a totalidade da complexa sociedade, que ainda está muito longe de ser igual e de ser justa, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988.

Assim, a configuração majoritária que nos é imposta pelo pensamento dominante e alienador nos leva a conceber meramente as aparências sobre os acontecimentos e o modo de estruturação política e ideologia da formação do Estado, no caso do Brasil, como em quase todo mundo, o Estado Capitalista Burguês.

"Observa-se, pois, que por intermédio da distinção entre sociedade civil e Estado, entre conflitos de interesses e generalidade dos contratos juridicamente fundados e garantidos, entre a opinião pública e o poder público, as teorias liberais descrevem a separação entre a sociedade e o poder, mas não oferecem a gênese dessa separação".

Marilena Chauí ²

democracia participativa

Estado Capitalista Burguês

¹Antonia Márcia Araújo Guerra Urquizo Valdivia - Educadora e Pesquisadora do Núcleo de Trabalhos Comunitários e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Social e Meio Ambiente em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Assistente Social pela PUC/SP.

²Marilena Chauí, Professora de Filosofia da USP - Universidade de São Paulo e incomensuravelmente grande colaboradora na construção de "uma outra cultura democrática", instituída e imbuída nos processos de uma sociedade de fato e de direito Política.

Mas, por que o denominamos de Estado Capitalista Burguês? E o que ele tem a ver com a alienação sobre a concepção reduzida e estigmatizada de sociedade civil? Se fizermos uma reflexão profunda e desveladora sobre as inúmeras disputas sociais lideradas, de um lado, por associações de usineiros, mineradores e petroleiros e, de um outro, pelos segmentos dos moradores de bairro, professores, movimentos contra o trabalho infantil, movimento dos trabalhadores sem terra, vamos chegar a um denominador comum que é a sobreposição dos interesses econômicos sobre os outros interesses, como os culturais, ambientais e sociais.

Se quem determina o Estado é a sociedade civil, daí podemos enxergar que os grupos de interesses econômicos vêm liderando historicamente, nos mais diversos âmbitos da política e administração deste Estado brasileiro, leia-se Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário, acrescidos de outros poderes que integram a massiva cultura digital.

Apesar das mudanças em relação ao regime político do Estado brasileiro, principalmente a transição política jurídica do regime autoritário para o regime democrático, a própria construção coletiva da Constituição Federal de 1988, que institui o Estado Democrático de Direito, retrata a desigualdade das lutas e das brigas entre os vários segmentos da sociedade civil, para assegurar seus interesses na estrutura máxima de poder, edificada na correlação de forças desses divergentes ou convergentes grupos sociais, de acordo com o comprometimento de cada um, queriam fazer uma estrutura estatal de poder, para respaldar o seu respectivo Projeto Societário.

Portanto, a construção da Constituição Federal de 1988 foi cenário tenso de contraditórias lutas sociais, que se atravancavam entre os distintos grupos da sociedade civil, pois tínhamos de um lado representantes do monopólio da propriedade privada (terra) e de um outro o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) lutando para garantir a reforma agrária, como forma de obter a terra e as condições de produção para quem nela trabalhava. Tínhamos também as associações de indústrias poluentes e devastadoras dos recursos naturais, que travavam disputa com o grupo de ambientalistas, a mais conhecida delas foi à luta dos Seringueiros da Amazônia com as indústrias transnacionais. A respeito deste último caso, já escrevi em textos e mencionei em algumas falas, de que - Chico Mendes não morreu de susto do Curupira, ele foi brutalmente assassinado pelas forças econômicas de grupos transnacionais - ironicamente no período da promulgação da Constituição Federal que foi em outubro de 1988, sendo que o assassinato de Chico Mendes foi, em dezembro do mesmo ano, a esse destaque é importante assistir o filme - AMAZÔNIA EM CHAMAS, pois exemplifica bem o poder determinante que os grupos econômicos têm, em relação à estruturação do poder político e administrativo do Estado.

Com isso não podemos negar as conquistas históricas dos grupos minoritários, ainda que, em parcela insignificante em relação aos grupos majoritários, também vêm chegando ao poder da estrutura do Estado. E neste caso, especialmente, cabe uma alerta! Vamos parar e agregar forças coletivas, em elegermos representantes legítimos dos grupos que ainda sonham ardentemente por transformações sociais, que fazem acontecer de modo diferente, o diferente.

Senão, do que adianta elegermos nossos representantes, se na primeira emboscada feita por outros grupos sociais, como já vimos logo acima, estamos numa arena tencionada por contraditórias forças sociais, nós, muitas vezes, abandonamos um esforço coletivo e assumimos, rapidamente, uma postura alienante pautada, mais uma vez, pela aparência? Lembremo-nos quem nos informa cotidianamente tem seus interesses e seus representantes políticos na estrutura de poder do Estado, e lhes asseguro, não mediarão esforços para enfraquecer com os nossos representantes políticos, que estão comprometidos, de algum modo, com um outro Projeto Societário vigorado de fato e de direito pelo pensamento emancipador.

A esse respeito acredito que, se quisermos ter ética no desenvolvimento da democracia, precisamos disseminar a democracia representativa como instrumento fundamental de efetivação da democracia participativa, ou seja, a representação indireta dos nossos representantes políticos como ponte preponderante para a participação direta ativa dos cidadãos e cidadãs nas decisões do aparato político do Estado.

Direito de cidadania

Nesse aspecto, Marilena Chauí considera que a representação, a liberdade e a participação têm sido a tônica das reivindicações democráticas, pois se alarga o debate das lutas, onde a peleja não é mais pela tomada do poder, mas pelo direito de se organizar politicamente e pelo direito de participar das decisões, rompendo assim com a lógica da verticalidade do poder autoritário. Outro crescente é a luta no plano social para garantir o próprio direito de cidadania, pelo reconhecimento de novos direitos e, assim, também de novos sujeitos sociais³.

Nesse sentido, mencionamos a democracia, não sendo apenas, um regime meramente político-jurídico, mas configurando-se também como um aprendizado político-social, ao ensinarmos e aprendermos numa relação dialógica de superação das nossas próprias mazelas culturais, arraigadas pelo autoritarismo que nos assola, pois historicamente fomos vítima de concepções de educação autoritárias, realizadas na microesfera do poder estatal, a Escola, como expressão do aparelho reprodutivo ideológico do Estado Burguês Capitalista.

Educação autoritária

Também pudera, a nossa sociedade é marcada pela mentalidade da cultura política do totalitarismo, que se instalou no país desde os tempos imemoráveis da colonização, atravessando o Brasil Império e continuando no Brasil República, com práticas e atitudes autoritárias da maioria dos segmentos sociais que se encontram no poder estatal.

Portanto, a mudança de mentalidade de sujeitos sociais, principalmente dos grupos mais vulneráveis da sociedade capitalista, deve-se passar por uma quebra de paradigma dos valores disseminados pela educação, e pelos meios de comunicação social (a mídia), que transmitem à sociedade uma posição passiva diante da relação política entre Estado e Sociedade civil, como se uma coisa fosse o Estado e outra coisa, bem coesa, fosse a sociedade civil.

Estado e Sociedade civil

Desse modo, somos submetidos ao pensamento alienador, o que nos impede de participar ativamente das estruturas políticas que decidem sobre tudo, as políticas públicas como meio de efetivação de direitos, com isso esse aparato estatal desvirtua o sentido da cidadania ativa e coloca-nos em situações passivas, como se nada pudéssemos fazer para transformar a realidade cruel decidida pelo Estado.

Assim sendo, o papel político da educação social libertadora tem um diferencial, e se coloca como possibilidades de construção de um outro processo espalhado por um pensamento emancipador, feito e refeito de uma nova concepção de educação, que leve em consideração a história da humanidade, a luta de classes sociais se realiza nas divergências de grupos sociais que tencionam na hora de compor o Estado, para fazer valer os seus interesses.

Superação de ideologias alienantes

A correlação de forças sociais é inerente a um Estado capitalista burguês, pois

³CHAUI, 1989, p. 297.

esse movimento histórico e dialético poderá criar novas forças que apontem para um Estado que de fato possa ser imbuído para a efetivação das garantias de cidadanias.

E nesse turbilhão de emaranhados de forças contraditórias que temos de inventar coletivamente outras possibilidades, que venham a favorecer condições históricas transformadoras voltadas à superação de ideologias alienantes. Uma vez que o modelo de democracia vigente no nosso país, no caso a democracia representativa, como forma de representação de grupos sob outros grupos, privilegia os grupos sociais dominantes da sociedade. Excluindo o povo do processo decisório de deliberação e planejamento das políticas públicas, tão importante para fortalecimento da cidadania e para garantia dos Direitos Humanos fundamentais.

É importante salientar que o Programa Integração AABB Comunidade vem contribuindo de maneira profícua com a garantia dos direitos de cidadania, pois ao longo de sua história vem conseguindo desenvolver a concepção de educação libertadora, por meio do seu Projeto Político Pedagógico que objetiva o exercício constante do princípio da democracia participativa, a partir da constituição do Conselho Deliberativo e Participativo, espaço responsável de envolver educandos, educadores, coordenador pedagógico, famílias, gerente do banco, presidente de AABB, dentre outros importantes atores sociais, nas decisões deste Programa. Além do incentivo da participação desses atores junto a outros espaços de debates que definem as políticas públicas, que é o caso de fóruns, conferências, conselhos por política, comitês de bacias hidrográficas.

Nesse contexto, fiz uma análise sobre o processo de formação desenvolvido nos dez anos de Programa e encontrei um manancial de reflexões críticas e propositivas, dando diretriz para uma ação educativa imbuída de intencionalidade política educativa, apropriada de princípios e valores favorecedores à construção de um novo Projeto Societário. Projeto esse, que requer rompimento de paradigmas autoritários, que historicamente estiveram, e ainda hoje, infelizmente em muitos casos, continuam presentes na forma de gestar às políticas públicas, bem como incentivando o exercício da cidadania, pois essa tem que ser exercida desde cedo pelas crianças e adolescentes, para que possamos romper com a lógica da cidadania do futuro.

E neste contexto, afirmo que este Programa vem se destacando ao promover a pedagogia libertadora na sua prática educativa, capaz de caminhar para uma sociedade onde meninos e meninas saibam exercer os seus direitos, porém salientei, ainda, que a nossa prática educativa cotidianamente está sendo desafiada, pois o nosso dever ético, enquanto educadores sociais, requer encorajar os educandos, mas também na relação com os mesmos, nos encorajar para juntos participarmos, e em alguns casos até mesmos criarmos, espaços democráticos de construção das políticas públicas, tendo como perspectiva o seu acesso universal e de qualidade.

Nesse sentido, é dever nosso, dos educadores sociais⁴, continuarmos sonhando e lutando para edificarmos coletivamente uma sociedade justa e igualitária, o que implica numa participação ativa processual, capaz de desencadear conquistas em relação às condições de autodeterminação, pois participação não pode ser dada, outorgada ou imposta. Participação exige um ato de conquista, porque é um processo dialógico e não um produto acabado ou definido. Sendo assim, democracia não se implanta por decreto, nem é consequência automática de qualquer mudança, porque tem

⁴Educador Social, se define não como função de trabalho, mas como valor de transformação social, a partir de sua prática educativa, independente da categoria profissional, ou seja, se somos arquitetos, assistentes sociais, pedagogos, sociólogos, jornalistas. É a concepção de mundo e como a colocamos no cotidiano que nos define em sermos educadores sociais.

densidade própria, embora nunca esteja desvinculada da esfera da sobrevivência socioeconômica⁵.

Pois, esse modelo de democracia participativa ainda precisa se fortalecer e se desenvolver nos espaços decisórios do planejamento das políticas públicas, pois o modelo que se perpetuou é modelo representativo do exercício de poder, que muito pouco ou quase nada tem feito para descentralizar o poder. Basta analisarmos como vêm sendo gestadas as políticas públicas, através dos conselhos, que em nome da democracia e da "paridade" entre sociedade civil e Estado, vêm reproduzindo o modelo autoritário, centralizador, burocrático, normatizador e inibidor da participação das pessoas na política.

Desta forma, os nossos representantes nestes conselhos precisam repensar as suas práticas de representação, ao estando lá criar condições para a efetivação da democracia participativa, que é imprescindível, pois a democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que escutam e sofrem as consequências das decisões cá embaixo⁶.

Ora, é na democracia participativa que a população tem o direito de participar na formulação e nas decisões de onde vão ser investidos os recursos públicos, em qual setor vão ser feitos os investimentos, e quem serão os beneficiados com esses investimentos, ou seja, o que vai e por que vai para a política de educação, de saúde, de moradia, assistência social, de saneamento básico, na política de prevenção e enfrentamento aos problemas como uso indevido de substâncias químicas, álcool e drogas, doenças contagiosas, infecções provocadas por contaminações como a dengue e AIDS/HIV, enfim, uma gama de ações e políticas que exigem um conhecimento da população e que precisam ser enfrentadas pela sociedade como um todo.

Nós, educadores sociais, somos por excelência sujeitos políticos e temos um papel fundamental em construir atividades e ações pedagógicas que envolvam os(as) educandos(as) para aprender valores e princípios de democracia e de cidadania, pois ser cidadão é mais do que votar e ser votado, pois precisamos romper com a lógica da passividade frente às injustiças e desrespeitos emitidos por este Estado capitalista burguês. Que historicamente vem sendo determinado pelos grupos econômicos dominantes, que sempre oprimiram e continuam a oprimir inúmeras parcelas da sociedade. O que é pior, esses grupos têm a coragem de nos subestimar ao emitir juízo valorativo a respeito do aparato estatal, de forma a atrelá-lo com níveis de ineficiência e de incapacidade de responder às crises sociais, sobretudo a díspare desigualdade social, como se eles nada tivessem a ver com o mando do desmando social.

Para refletirmos melhor sobre a nossa atuação educativa pautada na concepção de educação libertadora, como sendo prática eminentemente de outro projeto societário, que poderá ser construído pelo exercício da democracia participativa, vamos lembrar e nos planejar para participar ativamente das conferências municipais que ocorrerão neste ano de 2009, além de identificarmos quem são os nossos representantes nos conselhos municipais, estaduais e nacionais, de acordo com as diversas políticas, e a partir daí, precisamos nos articular, para que eles sejam mais um aliado na implementação da democracia participativa, para juntos tentarmos assegurar o acesso e a qualidade às políticas públicas a todos os cidadãos brasileiros.

⁵Demo, 2001

⁶Bordenave, 1987, p. 34

Bibliografia

BORDENAVE, Juan Dias. O que é Participação. São Paulo: 5ª Ed. Brasiliense, 1987.

COUTINHO, Carlos N. Democracia e Socialismo. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. São Paulo: 4ª Ed. Cortez Editora, 1989.

DEMO, Pedro. Pobreza Política. São Paulo: 6ª Ed. Editora Autores Associados, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

DE OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria C. Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: 2ª Ed. Editora Vozes, 2000.

ROSENFILELD, Denis L. O que é Democracia. São Paulo: Brasiliense, 1998.

Questões para reflexão em grupo:

1-Tendo em vista a crítica contundente que o texto traz em relação a efetivação da Democracia Representativa do Estado Brasil, que de modo geral não vem contribuindo para a ampliação e fortalecimento da Democracia Participativa, responda:

2-No seu município todos os segmentos sociais participam na definição das políticas públicas, das leis e nos canais democráticos de participação social (Conselhos, Fóruns, Conferenciais, Comitês de Bacias Hidrográficas, dentre outros)?

Sim Não

Justifique a sua resposta:

3-De que forma o Programa Integração AABB Comunidade vem participando ativamente no desenvolvimento de políticas públicas, criação ou reformulação de leis e na intervenção junto aos Conselhos, Fóruns, Conferenciais, Comitês de Bacias Hidrográficas, dentre outros canais que poderão fortalecer a Cultura Democrática em seu município?



Diversidade cultural e sexual: pensando micropolíticas públicas cotidianas

Marcio Leopoldo Gomes Bandeira¹

Amigas educadoras e amigos educadores
do Programa Integração AABB Comunidade,

Esse texto surge de uma possibilidade: comunicar-me por escrito com vocês, ainda que a longas distâncias, porque estar distante não é o mesmo que separar-se e porque a cultura humana inventou a prodigiosa arte da escrita.

Saber, de pronto, a quem ele é dirigido e ter conhecido vários dos seus possíveis leitores e leitoras pessoalmente, faz desse texto algo diferente. Há um prazer brejeiro em escrever aqui. É como sentar-se à beira de um rio para prosear com velhos conhecidos. Por isso, não o tomem nas mãos como quem busca um artigo científico ou um tratado filosófico. A carta é o gênero textual que mais se adéqua a esta vontade de dizer.

Pensarei com vocês a distância, como quem escreve uma carta a um amigo longínquo. Portanto, deite os olhos sobre ela como se os olhos tivessem bocas e ouvidos. Ouçam o que digo e conversem comigo. Essa carta quer ser uma conversa. Deseja a interlocução de ideias em torno dos pensamentos que aqui se constroem. O desejo da partilha na construção dos conhecimentos e a forma epistolar que aqui eles assumem não fazem dessa carta um texto menos rigoroso. A complexidade da coisa dita não se dissolve na forma simples de dizer, mas pode se tornar melhor compreendida, ainda que permaneça problemática.

Uma conversa mesmo que a distância é intrinsecamente dialógica. Um diálogo implica em bocas e ouvidos que se alternem nos atos de comunicar pensamentos e ouvir o que os outros pensam e dizem daquilo que pensamos. Por isso, leitores e leitoras, declaro desde agora a expectativa de receber os pensamentos coletivos de vocês como formas de resposta a esta singela missiva que hora vos chega em mãos. Essas serão as devolutivas: cartas-pensamento circulando pelo mundo, percorrendo parte desse planeta, costurando nas plataformas do ar redes comunicativas e produtoras de conhecimentos.

Tramando pensamentos em rede, criamos a possibilidade de inventar novos mundos. Construimos novas justificativas para mudar e agir. Passamos a participar dos jogos de força sociais que exercem seus poderes no cotidiano e a intervir para inverter as partidas. Pensar junto é fazer um tipo de política pública.

O termo política pública tem sido utilizado frequentemente como referência às ações governamentais legalizadas voltadas para o bem-comum. Trata-se, sobretudo, da interferência do Estado nas questões e desafios públicos a fim de contribuir para a sua superação. Muitas políticas públicas surgem como resultado da pressão popular e organizada. As políticas públicas governamentais são importantes conqui-

Este texto visa discutir a diversidade sexual, interpretando-a como parte da diversidade cultural e como campo privilegiado da construção de micropolíticas públicas. Para tanto, realiza uma discussão conceitual sobre políticas públicas e suas relações com a diversidade.

diversidade cultural,

diversidade sexual,

políticas públicas,

macropolíticas governamentais,

micropolíticas e cotidiano

¹Mestre em história social das identidades homossexuais pela PUC-SP, professor de Teoria da História e Práticas de ensino da UNISANT'ANNA, membro do Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade (CEPCoS) e educador social do NTC-PUC/SP.

tas do regime democrático e do Estado de direito. São formas legítimas de garantir cidadania aos diferentes segmentos da sociedade civil. Essa é a acepção mais corrente para a frase "política pública". A este tipo de política governamental chamarei aqui de macropolítica pública.

No entanto, o Estado não é o único agente capaz de exercer poder nas cenas públicas, nem talvez o mais poderoso. Para que o poder estatal se mantenha forte e legítimo, ele necessita de uma série de outros poderes que a ele se liguem, mas não necessariamente a ele se submetam. Uma rede sutil de forças que se tramam para garantir a reprodução de formas de pensar, agir, sentir e ser que não surgem do Estado, mas que garantem a manutenção do jogo social.

Nesse sentido, quem faz política pública não são apenas os governantes, nem essa acontece como fruto apenas da relação que a sociedade civil possa travar com o Estado. Política pública é toda relação de poderes que, uma vez exercidos, produzem efeitos não apenas sobre a privacidade de cada indivíduo, mas sobre as diferentes cenas públicas, sociais, culturais e históricas. Para entendermos isso melhor, vamos pensar um pouco mais sobre essa outra acepção de poder.

Há um bom tempo, o poder deixou de ser pensado como uma substância que uns têm e outros não têm. O poder não é uma coisa, é exercício humano disseminado na vida social, ainda que exercido de formas desiguais. Também não podemos pensá-lo no singular, pois não existe "o Poder" como algo único e localizado num lugar pré-determinado, mas redes de poderes articuladas cotidianamente por diferentes agentes em diferentes situações.

Poderes são forças que se relacionam e disputam entre si o lugar de enunciação de verdades sobre o mundo. As forças mudam de intensidade. Se fortalecem ou se enfraquecem no decorrer do tempo e das relações humanas. Por isso, os jogos de poder não são eternos e sim históricos. Mudam com o passar do tempo. Há momentos em que uma força domina outras e há momentos em que o regime de poder se inverte num novo lance, numa nova jogada. Uma idéia forte hoje poderá enfraquecer-se no futuro e vice-versa. O mesmo acontece com as crenças, os valores, as ações, os pensamentos, os preconceitos. A inversão das forças é um produto histórico, cultural e humano. Uma crença só se torna verdadeira quando muitas pessoas passam a acreditar nela e se enfraquece quando muitas pessoas deixam de lhe dar crédito e ela perde sua função social.

Tomemos como exemplo uma crença medieval. Era comum enterrar hóstias antes da sementeira. Muitos camponeses acreditavam que o corpo de Cristo purificaria a terra, tornando-a mais fértil e produtiva. Essa crença parece atualmente ter caído em desuso, certamente perdeu suas forças. Um outro exemplo também pode ser esclarecedor. No século XIX, pessoas com deformações físicas eram encaradas como verdadeiras monstruosidades. O melhor destino desses "anormais" era o circo e a espetacularização das supostas "deficiências". Foi preciso um jogo lento e processual de inversão nas correlações de forças para que esses corpos fossem reinterpretados de outras maneiras, não mais como aberrações, mas como sujeitos de direitos, capazes de desempenhar outras funções na sociedade.

As políticas públicas governamentais, portanto, são a culminância de um processo muito mais amplo, sustentado por micropoderes disseminados no cotidiano da vida social e materializados em nossas bagagens culturais. A esses exercícios de poder cotidianos, chamarei aqui de micropolíticas. Todos fazemos políticas públicas quando participamos dos jogos de forças sociais, seja para transformar o regime instituído e o estado de coisas vigente, seja para mantê-lo tal qual está.

O mundo em que vivemos exige um número cada vez maior de políticas públicas. As realidades são desafiadoras e problemáticas e as demandas por direitos e por responsabilidades, assumidas coletivamente, pe-

dem a invenção de novas armas de luta. Num mundo superpovoado como o nosso, repleto de informações de diferentes naturezas e acelerado pelas inovações tecnológicas, os contatos humanos entre grupos culturalmente distantes têm se acirrado e colocado em confronto uma série de diferenças. A diversidade cultural, cada vez mais evidente quanto mais se intensificam as formas de contato intergrupais, tem provocado reações intolerantes e violentas despididamente explícitas. Aprender a viver junto é uma das grandes lições da humanidade do século XXI e a convivência exige de cada um a assunção de novas posturas diante de si mesmo e dos outros. Disseminar esses aprendizados pela vida coletiva é uma forma de politizar publicamente as realidades.

grupos
totalitários

Um primeiro passo para a invenção de novas micropolíticas públicas cotidianas é reconhecer que não somos padrão de conduta, valores e crenças para ninguém. Diante das diferenças encontradas no mundo, os seres humanos tendem a hierarquizá-las. Segundo a lógica das hierarquizações, tudo o que é diferente de mim passa a ser inferior a mim e por isso não merece existir. Essa tem sido a micropolítica pública hegemônica no trato com a diversidade cultural. Ela tem dado vazão para a existência de grupos totalitários, como os neonazistas, por exemplo, ou como certas torcidas organizadas de futebol.

Diversidades

Classificamos a diversidade do mundo como maneira de organizá-la, mas também como forma de simplificá-la, controlá-la e submeter as suas forças a modelos generalizantes e pré-estabelecidos.

Há uma tendência a negar que fazemos parte de um mesmo planeta composto de diferentes mundos. Os mundos são vários porque são diversos. Olhem à sua volta. Em tudo há cores, formas, gestos, texturas, ações, cheiros, formas de ser, de pensar e existir das mais diferentes. Mesmo em meio às possíveis semelhanças que tentamos capturar em nossas classificações, proliferam as diferenças. São elas que fazem a diversidade dos mundos e os tornam belos, ricos, profícuos e potencialmente inventivos.

Superior

Inferior

A vida é imperativamente diversa. A única constante é a variação. Contudo, caros leitoras e leitores, que aqui não se tome as diferenças como sinônimos de desigualdades. A hierarquização das diferenças é uma forma de lidar com a diversidade, mas não é a única. Fazer da diferença um critério e exercício de poder sobre os outros é invenção humana. Foi a maneira histórica, encontrada por diferentes grupos para se fazerem superiores, inferiorizando os outros ao utilizar da demarcação violenta das diferenças entre eles. Entretanto, a historicidade das hierarquizações é o indício mais legítimo de que elas não são absolutas e imutáveis. Tudo o que hoje é pode deixar de ser, pois os mundos são feitos da fluidez das durações e não da fixidez das eternidades. Se a diversidade cultural é histórica, também o são as maneiras de lidar com elas.

corpo
humano

Falar em diversidade cultural é falar de um tecido amplo e maleável de produções humanas diversificadas. Cultura é um conceito cuja plasticidade nos possibilita abarcar um espectro abrangente de coisas, desde os objetos materiais que inventamos até as produções humanas imateriais como os valores, as crenças e ideias. Cultura é natureza transformada e naturezas são formas culturais de ler o mundo. Dividir natureza e cultura como mundos separados e opostos é uma forma deturpada de interpretar as relações entre ambas.

Tomemos o corpo humano como exemplo. O corpo é uma testemunha cabal de nossas existências. Não há vida humana que exista fora da materialidade de um corpo. A morte é a falência do corpo vivo e a vida, esse processo que acontece do momento em que

nascemos até a hora derradeira, nos parece suficientemente dependente de nossas necessidades e vontades para considerarmos que ela seja exclusivamente natural. Não há um modo único de viver e morrer. Aliás, a evidência da morte e a longevidade da vida têm sido uma preocupação cultural nevrálgica na história da humanidade, assumindo, em diferentes circunstâncias históricas, diferentes sentidos.

Não experimentamos nossos corpos da mesma maneira e damos a eles significados múltiplos. Viver, essas coisas que fazemos enquanto estamos vivos, é uma experiência, sobretudo, cultural. As diversas formas como vivemos a experiência de ser um corpo compõem o quadro das diversidades culturais. Cabelos curtos, compridos, tingidos ou completamente ausentes. Brincos, piercings, saias longas e minissaias. Corpos siliconados e bebês de proveta. Fast food, dietas alimentares, remédios para emagrecer e para dormir. Camisinhas, seringas descartáveis, estimuladores sexuais e abstinências totais de sexo. Tudo é forma de intervir nos corpos, significá-los e praticá-los cotidianamente. Formas de poder e interpelação. Produções culturais.

Cada aspecto da diversidade cultural consiste numa diversidade em si mesmo. A sexualidade, por exemplo, importante elemento cultural de várias sociedades, também é diversa, nada monolítica, múltipla. Por isso, podemos falar sexualidades, no plural, e em diversidade sexual. É especificamente sobre essa diversidade sexual e suas micropolíticas cotidianas que gostaria de conversar com vocês.

São inúmeras as práticas sexuais e as formas de experimentar os corpos sexuados. Aos prazeres possíveis de serem obtidos com o sexo, se ligam os desejos por outros corpos e os laços afetivos capazes de serem instaurados nas relações humanas. As sexualidades, portanto, ultrapassam as potencialidades fisiológicas e reprodutivas de cada corpo e atravessam os prazeres, os desejos e as afetividades. Todos esses elementos, aparentemente individuais, que vivemos muitas vezes na intimidade privada das relações, são produções culturais diversas. Há quem faça sexo apenas para reproduzir; há outros que o fazem para obter prazer; há quem associe as práticas sexuais à violência e sinta prazer na dor; assim como existem os abstinentes sexuais. Há quem sinta prazer com corpos do mesmo sexo e há quem recrimine tais práticas. Ao longo do tempo, a variação é imensa e todas essas práticas não têm cultural e historicamente o mesmo valor. Numa época, uma prática sexual antes condenada pode passar a ser valorizada e vice-versa.

A diversidade sexual, não raro, serviu há produção de hierarquias sexuais, promovendo e estimulando determinadas práticas enquanto outras eram e são sistematicamente execradas. Contudo, não há forma de poder que seja eterna. Falar em sexo e sexualidade é, portanto, falar de relações de poder que agem sobre os corpos e estão situadas historicamente.

As sociedades burguesas ocidentais inventaram formas de classificar e controlar a diversidade sexual, construindo identidades para as pessoas. O fato de vivenciar essa ou aquela prática sexual, nos empurra para uma determinada posição identitária. As classificações hegemônicas são aquelas que dividem os seres humanos em hetero e homossexuais.

Somos educados desde muito cedo para assumir uma identidade heterossexual. A heterossexualidade tem sido impingida como padrão dominante de conduta sexual, erótica e afetiva para todos. Em contrapartida, a homossexualidade seria um desvio da norma, daí o fato de, corriqueiramente, ouvirmos falar em "viados", ou seja, uma forma contraída e simplificada que a gíria popular encontrou para se referir aos "desviados" em relação aos modelos vigentes.

Nessa perspectiva, sendo a heterossexualidade a norma, os homossexuais seriam considerados os "anormais" e, por isso, mereceriam ser excluídos, medicalizados, subalternizados. A diferença, mais uma vez, seria tomada como critério de subjugação de um grupo por outro.

A subalternização da homossexualidade e a invenção de uma heterossexualidade compulsória têm sido sustentadas por uma série de relações de poder disseminadas no cotidiano. As micropolíticas públicas que ainda funcionam com todo o vigor nas escolas, nas ruas, nas comunidades são aquelas que se utilizam da chacota, da ridicularização, da desqualificação pública das pessoas identificadas como homossexuais, quando não assumem feições mais radicais, culminando até mesmo no assassinato das mesmas. Essas micropolíticas têm funcionado como formas eficientes de submeter os corpos propensos a viver relações sexuais, eróticas e afetivas com outros corpos do mesmo sexo e, não raro, são reproduzidas no cotidiano sem que as pessoas saibam direito o porquê as reproduzem. Notem ainda que não é preciso ser de fato homossexual para ser identificado como tal e sofrer as humilhações impingidas a essas pessoas. Qualquer traço, qualquer indício supostamente tomado como característica homossexual é o bastante para rotular uma pessoa e submetê-la a uma série de formas de poder.

No entanto, a essas formas perversas de dominação e subjugação da diversidade sexual correspondem uma série de resistências. A segunda metade do século XX presenciou a insurreição das práticas e identidades sexuais até então desqualificadas socialmente. Nas décadas de 60 e 70, começaram a surgir pelo mundo uma série de movimentos organizados de gays e lésbicas, reivindicando direitos, lutando contra as desqualificações e construindo para si uma identidade afirmativa e não negativa. Por isso, essas micropolíticas públicas foram chamadas de políticas de identidade ou políticas afirmativas.

As lutas dos movimentos organizados de gays e lésbicas tiveram como uma das primeiras bandeiras de luta, o direito à visibilidade. Por muito tempo, muitos homossexuais aceitaram viver uma vida dupla, assumindo uma heterossexualidade de fachada para satisfazer as expectativas públicas da família e do meio social em que viviam. Aqueles que não abriam mão de viver sua orientação homossexual, no entanto, acabavam por fazê-lo escondido, em segredo, sob a proteção dos guetos, da noite, dos lugares obscuros e "invisíveis". Poder viver suas relações homoeróticas e afetivas à luz do dia, não apenas no submundo dos guetos, e tê-las reconhecidas como relações legítimas, tem se constituído numa conquista processual desses grupos organizados. As paradas GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), por exemplo, são instrumentos dessas micropolíticas da visibilidade em que as sexualidades marginais tomam os centros das cenas públicas e dizem os seus nomes. "Continuamos aqui! Não desaparecemos! Não fomos exterminados! Viemos a público com nossos corpos, prazeres, desejos e afetos para reivindicarmos o direito à igualdade na diferença".

Além da luta por visibilidade, uma outra conquista desses movimentos foi mostrar que a diversidade sexual não se reduz à dicotomia entre homo e heterossexuais. Há muitas outras variações entre esses pólos. Outras personagens sociais ganharam as cenas públicas reivindicando a condição de sujeitos de direitos: o travesti, o bissexual, o transgênero, o sadomasoquista, a lesbian chic, a bicha, a lésbica masculinizada, nos mostram que as diferenças proliferam mesmo entre os chamados homossexuais e que estes não constituem, de modo algum, um grupo homogêneo.

Mesmo as fronteiras entre a hetero e a homossexualidade têm sido colocadas em xeque, revelando o caráter cultural e, portanto, produzido dessas classificações. Um heterossexual, por exemplo, pode ter relações com pessoas do mesmo sexo e nem por isso se perceber

décadas de
60 e 70

movimentos
organizados

paradas
GLBT

Homossexualidade

como homossexual ou bissexual. As identidades se constroem não apenas pelo olhar do outro sobre o indivíduo, mas do indivíduo sobre si mesmo.

Os movimentos organizados de gays e lésbicas também foram e são importantes para trazer a público os sentimentos possíveis de existirem entre pessoas do mesmo sexo. A palavra homossexual acaba reduzindo tais práticas entre pessoas do mesmo sexo apenas à atividade sexual, quando o que existe é muito mais do que isso. Há casais estáveis de homossexuais que vivem conjugalmente durante anos, constroem uma vida em comum baseada em laços afetivos e não somente sexuais e eróticos. Contudo, essas relações não são reconhecidas pelo Estado como legítimas e legais. Casais homossexuais não possuem os mesmos direitos sociais e civis que casais heterossexuais, embora paguem impostos e respondam pelos seus deveres tanto quanto quaisquer outros. As micropolíticas que impingem aos homossexuais uma subcidadania ainda prevalecem e são tão fortes ao ponto de fazerem obstáculos ao surgimento de macropolíticas governamentais que atendam as demandas desses grupos.

A retirada da homossexualidade da lista de doenças pela Organização Mundial da Saúde, na década de 80, também foi uma importante conquista dessas sexualidades marginais. Sabemos hoje que o homoerotismo e a homoafetividade não são parte de uma degeneração psíquica nem frutos de distúrbios hormonais. Sabemos também que ser homossexual não é escolha. Da mesma forma como um heterossexual não escolhe sentir desejo pelo sexo oposto, homossexuais também não escolhem sentir essa ou aquela atração erótica. Nossos corpos, potencialmente, são capazes de viver tudo e os apetites humanos são variados e mudam de intensidade. Por isso, falamos hoje em orientação sexual na tentativa de esclarecer os vetores de nossos desejos, ou seja, para quem eles se voltam, pessoas do mesmo sexo ou pessoas do sexo oposto, por exemplo. Desejar e se sentir atraído por um outro corpo não é escolha, é orientação sexual. No entanto, aquilo que fazemos com nossos corpos e desejos, essas sim são escolhas que, na maioria das vezes, sofrem as pressões psicológicas e sociais dos grupos de pertencimento.

Há muito a ser feito para inverter os jogos de forças que constituem hoje as micropolíticas hegemônicas que submetem a diversidade sexual. São micropolíticas que agem, sobretudo, no campo dos valores e das crenças. Há quem acredite, por exemplo, que assumir uma orientação homoerótica é abrir mão de ser homem ou ser mulher. A perda da masculinidade ou da feminilidade é um medo construído culturalmente, que tem servido como interpretação equivocada das relações entre pessoas do mesmo sexo.

Há certamente gays afeminados, assim como há lésbicas masculinizadas, mas esta não é a regra. Ser homossexual não significa abrir mão da identidade masculina ou feminina, embora a mudança de gênero seja também um direito da pessoa. Os transgêneros são aqueles que não se sentem confortáveis no papel de gênero de origem e desejam mudá-lo, seja por meio de uma cirurgia de mudança de sexo, seja por meio do travestimento. Travestir-se ou operar para mudar o sexo deveriam ser práticas reconhecidas como direitos, tão legítimos quanto ter relações com pessoas do mesmo sexo sem ter que abrir mão de ser homem ou ser mulher.

Em torno das sexualidades marginais foi construída uma série de mitos e estereótipos que só têm contribuído para sustentar as discriminações e exclusões sociais. A idéia de que um homossexual possa influenciar a mudança de orientação sexual de um heterossexual é, certamente, uma falácia. Se fosse possível influenciar a orientação sexual de alguém, não haveria homossexuais já que todos são filhos de casais heterossexuais, educados, a priori, por heterossexuais, segundo os valores de uma heterossexualidade obrigatória.

Outro mito é a associação entre a imagem do homossexual e a imagem do corruptor de menores. Essas vinculações preconceituosas desconsideram que grande parte dos abusos sexuais sofridos por crian-

ças e adolescentes são cometidos por heterossexuais aparentemente idôneos que, não raro, possuem laços familiares e consanguíneos com suas vítimas. A orientação sexual de alguém não o coloca automaticamente na posição de violador de direitos, pois ética e respeito em relação ao outro não têm nada a ver com isso.

Como podemos ver, há uma série de lutas ainda a serem encaradas pela sociedade, de modo a garantir com que as pessoas possam viver suas vidas plenamente, felizes e sem receios. O respeito à diversidade sexual e cultural exige uma série de políticas públicas, macro e micropolíticas que são interdependentes. Não há, por exemplo, como aprovar no Congresso uma lei que reconheça a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo sem agir para uma mudança radical nos valores e crenças culturais que impedem a aprovação de uma lei como essa. Os fundamentalismos e a intolerância ainda são os grandes obstáculos para que possamos viver com o outro sem exigir que ele seja idêntico a nós e sem transformar as diferenças percebidas em desigualdades sociais e civis.

A educação tem um papel fundamental na luta em defesa da diversidade sexual e de toda diversidade cultural. Nesses encontros diários que tecem o cotidiano das práticas educativas é que podemos trabalhar para a transformação de formas de pensar, sentir e agir. O Programa Integração AABB Comunidade é uma oportunidade ímpar que vocês têm, educadores e educadoras de todo o país, de reinventar a educação a partir da construção de novos valores, crenças e novas relações interpessoais.

A democracia é difícil porque ela não escamoteia os conflitos e exige a participação de todos nas negociações e construção de novos caminhos. O desafio do educador não está em domesticar os educandos para atender às expectativas hegemônicas da sociedade, mesmo que isso custe a felicidade deles. O desafio está justamente em fortalecer neles a autoestima e a capacidade de lutar contra modelos generalizantes e opressivos que nada mais fazem do que limitar a radiosa complexidade da vida.

O diálogo é a ferramenta por excelência dessas micropolíticas públicas. Ele exige que se fale, mas que, sobretudo, se escute a perspectiva dos outros no intuito de descobrir outro mundo possível. Toda diversidade tem direito a existir desde que não fira a liberdade e a integridade dos outros e essa é uma conquista micropolítica sem a qual não pode haver macropolíticas públicas governamentais. Contudo, os resultados das micropolíticas cotidianas só serão percebidos em médio e longo prazo, se trabalharmos diariamente para a subversão dos preconceitos e para a construção de comunidades cidadãs. Não há como contribuir para mudar valores dos educandos se não revisarmos os nossos próprios e se não nos propusermos, juntos aos educandos, a intervir para que as famílias, as comunidades de bairro e as escolas também transformem seus modos operantes.

Até aqui, lancei uma série de idéias e reflexões para vocês, educadores e educadoras do Programa. Fico pensando como elas chegaram até aí, que pensamentos geraram, quais as dúvidas e equívocos que merecerão ser sanados. Como a diversidade cultural tem se apresentado no cotidiano do Programa? Como a diversidade sexual tem se manifestado e como tem sido abordada? Que micropoderes são reforçados e quais são combatidos? Existem macropolíticas governamentais atuantes no município em defesa da diversidade cultural e sexual? A partir da leitura do que escrevi, que ações poderiam ser inventadas a

democracia

diálogo

educadores e
educadoras
do
Programa

fim de dar voz à diversidade sexual no interior do Programa, de modo a atingir não somente os educandos, mas os associados, os familiares, as escolas e as comunidades como um todo? São essas as perguntas que essa carta-pensamento gostaria de ver respondidas nas cartas que vocês produzirão como devolutivas. Não entendam essas perguntas, entretanto, como um questionário mecânico, mas como as pistas colocadas pela vontade de saber desse interlocutor que a vocês escreve. Sintam-se livres para construir seus conhecimentos de forma autônoma, perguntando e tentando responder a essas e outras perguntas que, por ventura, possam ter surgido e que eu nem posso imaginar quais sejam.

Gostaria de encerrar musicalmente, com um verso de uma canção pela qual guardo grande apreço. "Qualquer maneira de amor vale a pena! Qualquer maneira de amor vale amar!"

Abraços com cheiro de terra antes da chuva a todos e todas,

Bibliografia

BUTLER, Judith, Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel, A cultura no plural. SP: Papyrus, 1995.

FOUCAULT, Michel, Microfísica do poder. RJ: Graal, 1996.

GUATTARI, Félix & Rolnik, Sueli, Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

MCLAREN, Peter, Multiculturalismo crítico. SP: Cortez, 1999.

PRADO, Marcos A. Máximo & Machado, Frederico Viana, Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. SP: Cortez, 2008.

RIENSENFELD, Rinna, Papai e mamãe, sou gay!: um guia para entender a orientação sexual dos filhos. SP: Summus, 2002.

WILLIAMS, Raymond, Cultura. RJ: Paz e Terra, 1992.

Questões para reflexão em grupo:

1-Como a diversidade cultural tem se apresentado no cotidiano do Programa?

2-Como a diversidade sexual tem se manifestado e como tem sido abordada?

3-Quais micropoderes são reforçados e quais são combatidos? Existem macropolíticas governamentais atuantes no município em defesa da diversidade cultural e sexual?

4-Quais ações poderiam ser inventadas a fim de dar voz à diversidade sexual no interior do Programa, de modo a atingir não somente os educandos, mas os associados, os familiares, as escolas e as comunidades como um todo?



**Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e suas
Perspectivas para o Programa Integração AABB Comunidade**

Juliana Santos Graciani¹

As drogas lícitas e ilícitas estão contraditoriamente fazendo parte do cotidiano mundial: a mídia estimula o uso de cigarro e bebidas alcoólicas, os laboratórios de comprimidos distribuem amostras grátis de medicamentos, o narcotráfico vem aumentando sua influência. Paralelamente, setores organizados da sociedade vêm buscando avanços no enfrentamento do uso e abuso dessas substâncias.

A Lei 11.343/2006, chamada popularmente de Lei Antidrogas, é uma tentativa de normatizar alguns aspectos que envolvem essa questão, a partir do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD.

O SISNAD apresenta duas grandes finalidades: a articulação das políticas públicas que envolvam a prevenção do uso indevido, a atenção e reinserção social de usuários dependentes de drogas e a maior repressão da produção pelo tráfico ilícito de drogas.

Nesse sentido, percebe-se que existem dois grandes focos, o primeiro dando enfoque ao caráter socioeducativo do cidadão, promovendo a prevenção e o tratamento para o usuário que se tornou dependente e o segundo, destinado ao incentivo a um maior controle policial, judiciário e comunitário ao narcotráfico.

Os principais objetivos do SISNAD estão relacionados à inclusão social do cidadão, tornando-o menos vulnerável a assumir comportamentos de risco perante o uso de drogas (prevenção), capacitá-lo à compreensão e conhecimento sobre seu uso e consequências dessa ingestão (tratamento e reinserção social), plantio, porte ou tráfico, buscando, para tal, ações que envolvam a integração das políticas públicas em seu âmbito federal, distrital, estadual e municipal, articulando o Poder Executivo, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

O SISNAD compreende o usuário de drogas como um problema de política de saúde pública, como uma doença que precisa ser tratada, embora o porte de droga para consumo pessoal continue configurado como delito. Um avanço, acompanhando a tendência dos países desenvolvidos, são as penalizações alternativas, como a prestação de serviços comunitários, e medidas educativas de comparecimento a Programas de Tratamento ou cursos educativos, no prazo máximo de cinco meses (art.28), visando promover ações preventivas de cunho terapêutico, buscando evitar a reincidência e assegurando a reinserção social. Caso o usuário descumpra as determinações judiciais, os Juizados Especiais Criminais poderão ordenar prisão por um período de seis meses a dois anos (art.30).

No antigo regime, o usuário de drogas tinha sua liberdade restringida imediatamente, congestionando o sistema prisional e convivendo com presos condenados por outros tipos de delitos.

A utilização de substâncias químicas ao longo da história da raça humana vem desempenhando diferentes funções, tornando-se um fenômeno complexo em magnitude e influência nos setores social, econômico, político, judiciário, cultural, educacional e da saúde.

Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

reinserção social

¹Mestre em Gerontologia pela PUC/SP, Psicóloga Especialista no Tratamento de Dependência Química, Coordenadora de Projetos Sociais pelo Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP

Uma inovação que o SISNAD promove é o maior rigor e aumento das penas às pessoas que forem pegas transportando, oferecendo, guardando, vendendo, entregando ou produzindo drogas, antigamente a pena mínima era de três anos, hoje é de 5 a 15 anos, além de ter de pagar multa de R\$ 500 a R\$ 1.500,00 por dia (art.33).

O SISNAD dispõe, em capítulos distintos, os procedimentos de apuração e execução dos traficantes e dos usuários de drogas, os primeiros são julgados na Justiça Comum e os segundos no Juizado Especial Criminal, responsável pela distinção entre ambos, através de documentos, depoimento policial e das testemunhas, que comprovem exercício profissional regular.

Busca-se dessa maneira distinguir as pessoas detidas em flagrante, evitando condenações mais brandas ou que o usuário escape de penas privativas de liberdade. Ou seja, USAR DROGAS psicotrópicas como maconha, LSD, cocaína, crack, TRAZ GRANDES CONSEQUÊNCIAS para você, sua família, seu vizinho, sua comunidade, seu país e para o mundo! Quem usa drogas ilícitas está mantendo o narcotráfico funcionando no seu município!

A droga que mais mata no Planeta Terra é aquela que esta dentro de sua casa, de fácil acesso, baixo custo e valorizada pela sua família e amigos, o ÁLCOOL!

O artigo 23 define a operacionalização de como o SISNAD irá ser implantado:

"As redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal dos Municípios desenvolverão programas de atenção ao usuário e ao dependente de drogas, respeitadas as diretrizes do Ministério da Saúde... obrigatória a previsão orçamentária adequada".

A Lei 8.080/ 90 institui o Sistema Único de Saúde, que tem por objetivo a unificação da rede de serviços públicos na área de saúde, administrando consultas, exames e tratamentos. O SUS apresenta as seguintes características: é universal, pois pretende atender a todos; apresenta o caráter integral, porque a saúde deve ser tratada como um todo; é pautado pelos princípios da equidade, a descentralização, regionalização, hierarquia no atendimento segundo a gravidade (Agente Comunitário de Saúde, Unidade Básica de Saúde, Ambulatórios de Especialidades e Hospitais) e a municipalização.

O Programa Saúde da Família é o norteador no atendimento do SUS, onde as regiões da cidade são divididas em áreas que abarquem cerca de 4.500 pessoas. Os moradores são cadastrados visando melhor acompanhar os cidadãos, antecipando os problemas (prevenção) ou tentando solucioná-los o mais breve possível (tratamento), através de uma equipe que deve conter: clínico geral, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, dentistas, psicólogos, psiquiatras, e pelo menos quatro agentes de saúde.

A Portaria n.º 336 GM/ 2002 implanta uma articulação das diretrizes do SUS, com o Ministério da Saúde regulando a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, instalando os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS², com os seguintes objetivos: atender diariamente no período de 08 às 18 horas em local adequado, promovendo as seguintes atividades: atendimento individual (medicamentoso e psicoterápico) e em grupos (psicoterapia, grupo operativo e atividades de suporte social), oficinas terapêuticas, visitas

²Os CAPS são implantados de acordo com o porte populacional do município, podendo ser de tipo I, II, III, CAPS-AD/Álcool e Drogas e Infante-Juvenil (CAPSi).

Municípios até 20.000 habitantes - Rede Básica com ações de saúde mental.

Entre 20 a 70.000 habitantes CAPS I.

Municípios com mais de 70.000 a 200.000 habitantes, CAPS II, CAPS AD.

Municípios com mais de 200.000 habitantes, CAPS II, CAPS III, CAPS AD e CAPSI.

domiciliares, atendimento familiar, atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social e no atendimento ao dependente químico inclui a desintoxicação.

O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD é um serviço público especializado em saúde mental que atende exclusivamente pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de álcool e outras drogas em diferentes níveis de cuidado: intensivo (diariamente), semi-intensivo (de duas a três vezes por semana) e não-intensivo (até três vezes por mês), visando à reinserção social, através de ações de assistência (medicação, terapias, oficinas terapêuticas, atenção familiar), de medidas preventivas e capacitação de profissionais para lidar com os dependentes e seus familiares.

Além de apoiar a implantação do SISNAD, os serviços do CAPS AD nos municípios, existem instâncias importantes de participação para os gestores do Programa Integração AABB Comunidade interagirem em sua localidade: os Conselhos Municipal/Estadual/Nacional da Saúde, segundo o SUS (art.12), contribuem com a comissão intersetorial para articulação das políticas e programas de farmacoepidemiologia (art.13), tendo por finalidade propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), na esfera correspondente, assim como em relação à pesquisa e à cooperação técnica entre essas instituições (art.14).

Outros serviços de atendimento aos dependentes de álcool e drogas que são importantes de serem conhecidos pelos educadores, educandos, suas famílias, sócios do Clube AABB e pelo Conselho Deliberativo Participativo, são os tratamentos gratuitos oferecidos na própria comunidade local, a seguir destaque alguns:

Alcoólicos Anônimos é uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiências, forças e esperanças, a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a se recuperarem do alcoolismo.

Narcóticos Anônimos é uma associação comunitária de adictos a drogas em recuperação.

Nar-Anon é um programa de Doze Passos cujo único propósito é ajudar os familiares e amigos de adictos a se recuperar emocionalmente dos prejuízos causados pelo uso de drogas de um ente querido.

Al-anon é um Programa para dar compreensão e apoio a familiares e amigos de alcoólicos.

Al-Ateen é para jovens cujas vidas foram afetadas pelo modo de beber de outra pessoa.

A Organização Mundial de Saúde destaca que a idade que o estudante brasileiro entra em contato com as drogas está entre 10 e 12 anos!

Nesse sentido, torna-se necessário que superemos nossos preconceitos e passemos a conhecer os efeitos das drogas no organismo, suas consequências reais através de pesquisas teóricas e de visitas aos locais que se encontram os

SISNAD
CAPS AD
SUS

Clube
AABB

Alcoólicos
Anônimos
Narcóticos
Anônimos
Nar-Anon
Al-Ateen

dependentes (cadeias, hospitais, centros de tratamentos e alguns com sucesso trabalhando), no intuito de desmitificar o uso e abuso das drogas.

Por fim, destaco o artigo 19, inciso IX e XI do SISNAD, o primeiro aponta sobre o caráter preventivo como sendo essencial priorizarmos o "não-uso", o "retardamento do uso" e a redução de riscos quando já instalado o uso e o segundo destaca a importância da abordagem nas escolas regulares sobre essa temática.

Reflexão final: Em sua AABB, em sua família e principalmente pense em você, qual é o padrão do seu uso de café, cigarro, comprimidos, conservantes, agrotóxicos, álcool e demais substâncias? É... Realmente as drogas são um fenômeno complexo com grande magnitude e diversas influências em vários setores...

Bibliografia

Organização Mundial da Saúde: www.who.int ou WWW.opas.org.br

Alcoólicos Anônimos (usuário): www.alcoolicosanonimos.org.br

Narcóticos Anônimos (usuário): www.na.org.br

Nar-Anon (apoio familiar): www.naranon.org.br

Al-Anon (apoio familiar): www.al-anon.org.br

Al-Ateen: www.alanonrj.org.br/alateen.htm

SUS, disponível em: <http://leifederal.wordpress.com/2008/06/19/lei8080>

SISNAD, disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadão/visualizar>

CAPS AD, disponível em: www.saude.gov.br

Questões para reflexão em grupo:

1-No Programa Integração AABB Comunidade em relação ao uso de drogas o que já foi realizado?

2-Existem serviços de prevenção e tratamento as dependências químicas na Rede Municipal (CAPS-AD), na Rede Estadual (CRATOD), ligados as Universidades locais e das Organizações Não-Governamentais (Grupos de Mútua-Ajuda Anônimos).

3-O Programa Integração AABB Comunidade de sua localidade conhece algum desses serviços? Já fizeram alguma ação conjunta ou parceria com palestras para os educandos e seus familiares?



VALE LEMBRAR

As respostas do Módulo A-2009 deverão ser enviadas ao NTC-PUC-SP até Junho/2009

Dicas para evitar problemas com a **CERTIFICAÇÃO**:

1-**Destaque** e envie a lista de participantes que estiver no final de cada módulo, devidamente preenchida de **forma legível**, com **endereço completo e assinada** por cada participante (não pode ser assinada pelo coordenador ou outra pessoa). A **Coordenação** que participar das discussões, deverá também assinar a lista, senão não será considerada participante.

2-Não serão aceitas devolutivas por fax.

3-Cada módulo deverá estar acompanhado de sua respectiva lista de presença (**não pode** ser uma lista única que corresponda a todos os módulos).

4-As respostas do grupo devem ser encaminhadas para o NTC da PUC/SP, por correio ou e-mail – mesmo encaminhando por e-mail necessitamos **OBRIGATORIAMENTE** de cópia por correio, **acompanhada da respectiva lista de participação**.

5-Os certificados serão enviados após a conclusão dos módulos e ressaltamos que só receberá o certificado o educador(a) que participar dos **três** módulos-2009

6-A inclusão de nomes de pessoas na lista de participação para fins de certificação que não tenham participado efetivamente dos grupos de estudos, implicará na invalidação do trabalho de todo o grupo e nenhum participante do município em questão receberá o certificado.

7-Sugerimos que correspondência enviada ao Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC-SP, seja postada com **Aviso de Recebimento** (AR), ou confirmada seu recebimento pelo telefone do Plantão Pedagógico.

Educação Continuada a Distância
Módulo A-2009

Ficha de Inscrição

LISTA DE PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS DE ESTUDO

Formação Continuada a Distância para Educadores do Programa Integração AABB Comunidade

Datas de Realização dos Estudos do **Módulo A 2009** _____

Cidade: _____ Estado: _____

Coordenador(a): _____

Fone da AABB: (0____)- _____

E-mail da AABB: _____

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)